



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Monitorizar os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência: Análise de Dados do Projecto Disability Rights Promotion International na Cidade de Toronto, Canadá

Orientador: DOUTORA PAULA CAMPOS PINTO
Mestranda: CARLA SOFIA FARIA MENDES

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Política Social

Lisboa

2012

“Os direitos humanos têm asas. Eles conhecem todos os caminhos do planeta e deviam encontrar um pouso em cada aldeia e cidade do mundo”

Richard Pierre Claude

“Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”

Boaventura de Sousa Santos

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido realizado sem o apoio de algumas pessoas que pela sua sensibilidade, motivação, generosidade e encorajamento contribuíram com o incentivo necessário para o levar até ao fim.

Gostaria de começar por fazer uma breve referência em jeito de agradecimento às pessoas que trabalharam neste projecto e que desenvolveram o trabalho de pesquisa e investigação na área da deficiência, as quais não tive o privilégio de conhecer. As 43 pessoas que participaram nas entrevistas, os monitores que desenvolveram este projecto no terreno e os responsáveis pelo tratamento e codificação dos dados que facilitaram toda a informação que chegou até mim, proporcionando-me uma excepcional economia de tempo e trabalho.

Estou também muito grata ao Professor Doutor Fausto Amaro pelas diligências que tomou e pelo seu encorajamento numa altura de desgaste físico e emocional. Por ser um exemplo de sabedoria e empatia.

À Diana Teixeira, pela força e motivação, pela boa-disposição e por me ensinar a olhar para além daquilo que os olhos vêem...

À minha Amiga e companheira nas lides académicas, Sílvia... Pela tua amizade, empatia e simpatia. Pelos momentos de reflexão, de lucidez e de loucura. Pelos desabafos, pela verdade das tuas palavras que tantas vezes fizeram eco em mim... Por duplicares as minhas alegrias e dividires as minhas tristezas.

Agradeço igualmente a todos os meus Queridos Amigos e Irmãos que se têm tornado como uma família para mim... É impossível para mim nomear-vos a todos. Obrigada pelo vosso amor, pelo carinho, pela força, pelo vosso abraço... Querida Isabel ainda que derramasse aqui o meu coração não conseguiria jamais expressar por palavras tamanha gratidão. Foste uma bênção na minha vida e continuas a ser.

À minha família. Este trabalho tem um pouco de cada um de vós, do vosso exemplo e da vossa dedicação. Pai, aqui ficam as minhas palavras para agradecer teres assumido tantas das minhas responsabilidades para que eu pudesse continuar a percorrer o meu caminho... Mãe, pelo tempo perdido e pelos momentos em que não estive presente, pelas conversas inacabadas, pelo que ficou por dizer... por seres o meu farol, a minha direcção. Rafael, obrigada por fazeres dos meus dias nublados, um arco-íris no céu.

Professora Paula, que posso eu dizer... Agradecer-lhe pela sua completa e inteira disponibilidade. Pelo seu empenho e dedicação pessoal, pelo seu investimento, pela motivação constante, pela infinita paciência, pelo apoio e confiança inabaláveis para a elaboração deste trabalho, nos momentos de apatia académica e intelectual. Sem a sua ajuda não teria sido possível... Com quem aprendi que a excelência do profissionalismo pode andar de mãos dadas com a excelência da humildade. Foi um privilégio trabalhar consigo.

Por último, não poderia deixar de agradecer Àquele que proporcionou todas as coisas e que permitiu que elas acontecessem. Senhor JEOVÁ, pela Tua benevolência, pela força além do normal, por continuares a segurar a minha direita. Obrigada.

Resumo

Esta dissertação analisa os dados recolhidos pelo Projecto DRPI (Disability Rights Promotion International) na cidade de Toronto, no Canadá, explorando as experiências de vida das pessoas com deficiência e as barreiras que estas enfrentam no seu quotidiano. Identificando as principais áreas em que se sentiram mais discriminadas, bem como a forma como encararam essas experiências e responderam às situações de violação dos seus direitos, este estudo permitiu conhecer a actualidade dos instrumentos de direitos humanos das pessoas com deficiência e da sua aplicação no terreno.

Este trabalho teve assim como base o projecto de âmbito internacional - Disability Rights Promotion International, que enquanto sistema de monitorização a nível mundial dos direitos humanos na área da deficiência, pretende analisar o estado e a evolução das políticas de defesa dos direitos e garantias das pessoas com deficiência no mundo.

A partir de um estudo qualitativo e em profundidade das Experiências Individuais de 43 pessoas com deficiência, procedeu-se a uma análise das entrevistas realizadas em diferentes domínios de vida e segundo cinco princípios de direitos humanos. Através do relato das suas próprias histórias pessoais, foram identificadas as questões de direitos mais importantes e prioritárias para estas pessoas, analisando os resultados à luz dos normativos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Os domínios da Participação Social e do Trabalho foram os que se destacaram como as áreas em que as pessoas com deficiência se sentem mais discriminadas e marginalizadas. Relatos de experiências de indignidade, exclusão, inacessibilidade, desigualdade e desrespeito pela sua condição foram as mais relatadas entre os participantes, revelando uma lacuna quanto ao exercício dos direitos humanos regulados pelos princípios garantidos na Convenção.

Apesar dos inúmeros instrumentos de direitos humanos disponíveis e da evolução conceptual da deficiência até aos nossos dias, as pessoas com deficiência continuam a experienciar diariamente situações de violação dos seus direitos e das suas liberdades mais elementares. Impedidas de exercer plenamente o seu papel enquanto cidadãos de direito, as pessoas com deficiência continuam a ser vítimas de uma sociedade que as discrimina e as exclui das relações sociais, políticas, económicas e culturais dominantes, pelo que aqui fica a nossa contribuição pessoal para a reflexão em torno destas questões.

Abstract

This dissertation analyses the data collected through the DRPI (Disability Rights Promotion International) project in the city of Toronto, Canada, exploring the life experiences of people with disabilities and the barriers that they face in their daily lives. Identifying the main areas in which they felt more discriminated against, and how they faced these experiences and responded to situations of violation of their rights, this study provides an understanding of the human rights instruments for persons with disabilities and their implementation on the ground.

This work was based on the international project - Disability Rights Promotion International - which as a worldwide monitoring system of human rights in the disability field, analyzes the status and progress of political rights and guarantees for persons with disabilities around the world.

Drawing from a qualitative and in-depth study of individual experiences of 43 persons with disabilities, we proceeded to an analysis of the interviews across different domains of life and according to five principles of human rights. From the reports gathered of personal stories, we identified the rights issues and most important priorities for these persons, analyzing the results in light of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities.

The domains of Social Participation and Labour were the ones that stood out as areas where people with disabilities feel more discriminated against and marginalized. Reports of experiences of indignity, exclusion, inaccessibility, inequality and disrespect for their condition were the most frequently reported among the participants, revealing a gap in the enjoyment of human rights governed by the principles guaranteed by the Convention.

Despite the numerous human rights instruments available and the conceptual evolution of disability to the present day, people with disabilities continue to experience daily situations of violation of their rights and most basic freedoms. Prevented from exercising their full role as citizens, people with disabilities continue to be victims of a society that discriminates and excludes them from the social, political, economic and cultural arenas. Here is our contribution to fuel the reflection on these issues.

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VI
Índice	VII
Índice de Quadros	IX
Índice de Gráficos	IX
Abreviaturas	X
Advertência	XI
Introdução	1
Finalidade e Objectivos do Estudo	3
Relevância e Pertinência do Estudo	4
Estrutura do Trabalho	5
CAPÍTULO I	7
Deficiência – Um Constructo Social	7
Na Génese dos Direitos do Homem	13
Sob a Égide das Nações Unidas	16
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	20
CAPÍTULO II	26
Metodologia	26
O Projecto DRPI	26
O Projecto DRPI-Canadá	27
O Projecto DRPI-Toronto	29
Etapas de Análise	29

CAPÍTULO III	31
Contexto Socio-Económico e Demográfico de Toronto.....	31
CAPÍTULO IV	35
Caracterização da Amostra.....	35
Análise Descritiva	38
Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos no Domínio da Participação Social...	40
Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos no Domínio do Trabalho.....	43
Conclusão	49
Implicações da Pesquisa para a Política Social	52
Bibliografia e Sitografia.....	55
Anexos	61
Apêndice A – Guião de Entrevista	61

Índice de Quadros

Quadro 1 – Distribuição Prevista da Deficiência na Cidade de Toronto	31
Quadro 2 – Estimativas Projectadas da Deficiência em Toronto por Faixas Etárias	32
Quadro 3 – Caracterização dos Participantes quanto à Idade	35
Quadro 4 – Caracterização dos Participantes quanto ao Tipo de Deficiência	36
Quadro 5 – Acesso e Negação dos Princípios dos Direitos Humanos	38
Quadro 6 – Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos por Domínio de Vida	39
Quadro 7 – Experiências de Vida por Princípio de Direitos Humanos no Domínio da Participação Social	40
Quadro 8 – Experiências de Vida por Princípio de Direitos Humanos no Domínio do Trabalho	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Caracterização dos Participantes quanto ao Género	35
Gráfico 2 – Caracterização dos Participantes quanto ao Grau de Escolaridade	36
Gráfico 3 – Situações de Violação dos Direitos e Discriminação por Tipo de Resposta	45
Gráfico 4 – Motivos para não Apresentar Queixa ou Iniciar Acção Legal	46
Gráfico 5 – Sugestões para a Melhoria da Situação das Pessoas com Deficiência	48

Abreviaturas

CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CSOCD – Commission for Social Development

DPOs – Disabled Peoples Organizations

DRPI – Disability Rights Promotion International

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECOSOC – Conselho Económico e Social

ICIDH – Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PAM – Programa Alimentar Mundial

PIDCP – Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

PIDESC – Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

UE – União Europeia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Advertência

A presente dissertação foi elaborada com base em 43 entrevistas realizadas a pessoas com deficiência no âmbito do Projecto DRPI - Disability Rights Promotion International na cidade de Toronto, no Canadá. A concepção do guião de entrevista bem como a construção da amostra e a aplicação das entrevistas no terreno foram da inteira responsabilidade da equipa internacional do Projecto DRPI. A autora desta dissertação teve acesso à transcrição e codificação prévia das entrevistas baseando nelas o seu trabalho. O contributo original deste estudo centra-se assim apenas na análise dos dados recolhidos nas entrevistas.

Introdução

Quando em 1945, os fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU), centro do sistema de protecção dos direitos humanos modernos, elaboraram a Carta da Organização em São Francisco, identificaram o principal objectivo da declaração no seu preâmbulo: *“...reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano”*.

Formando uma das traves mestras da cultura e do pensamento político contemporâneo, a questão dos direitos humanos tem constituído uma preocupação da comunidade internacional, dos Estados, das organizações e da própria sociedade. A intensificação do sentimento de repúdio pela violação consecutiva dos direitos, o aumento da solidariedade internacional em relação ao incumprimento desses direitos e o alargamento das competências atribuídas às organizações em vários domínios dos direitos, fizeram com que fossem intensificadas novas iniciativas visando uma maior protecção internacional para os direitos humanos. Para tal foram sendo adoptados documentos e convenções com vista à protecção efectiva dos direitos humanos, especialmente de grupos específicos minoritários sujeitos a discriminação, nomeadamente as pessoas com deficiência.

Consideradas, no passado, como ‘objectos’ de protecção e assistencialismo, numa abordagem associada ao Modelo Médico da Deficiência, as pessoas com deficiência sofreram durante muito tempo de uma relativa ‘invisibilidade’, quer nas suas sociedades quer no espaço internacional, que as conduziu à exclusão do meio social e limitou a sua participação na sociedade. Centrado na reabilitação, na correcção das insuficiências e na especialização de profissionais e peritos na deficiência em causa, o Modelo Médico assumiu durante muito tempo a deficiência como uma questão biológica, demonstrando uma preocupação apenas com a cura ou a recuperação da pessoa.

Por sua vez, a própria evolução ao longo do tempo da concepção de deficiência permitiu o avanço para um novo entendimento em que a deficiência passou a ser encarada como o resultado da inadequação do ambiente físico/social para acomodar a diferença e a diversidade humana. O Modelo Social expõe assim a influência da envolvente externa na produção de incapacidades e na redução da funcionalidade dos sujeitos para viverem em sociedade. Contudo, ambos os Modelos eram omissos nas suas concepções teóricas pelo que surgiu uma nova concepção da deficiência que tinha em conta a relação existente entre as limitações da pessoa com deficiência, o ambiente físico que a rodeia e a atitude da

sociedade (United Nations, n. d.) (c), o chamado Modelo Biopsicossocial, que surge da evolução dos anteriores Modelos Médico e Social.

Alicerçada na perspectiva biopsicossocial, actualmente tem vindo a impor-se uma nova concepção da deficiência baseada nos direitos, que identifica as pessoas com deficiência como sujeitos de lei legitimando os seus direitos e dotando-as dos meios necessários à sua efectiva participação na vida política, económica, social e cultural, ao mesmo tempo que destaca a importância da sua participação nas políticas e programas que afectam todas as áreas da sua vida (S/a, 2005).

É esta abordagem baseada nos direitos humanos que caracteriza a presente política da deficiência promovendo a dimensão da cultura humana e da sua diversidade e a necessidade de criação de leis e políticas que incluam as pessoas com deficiência nos seus projectos e planos de desenvolvimento. Mudando o enfoque dos profissionais e peritos nesta área, centraliza a sua atenção nas pessoas com deficiência e nas suas organizações representativas, no papel activo que estas podem ter na sociedade. Ao mesmo tempo que exige a dignidade inerente a todos os indivíduos, independente das suas capacidades e diferenças, obriga a sociedade a adoptar medidas para a sua inclusão através da eliminação das barreiras atitudinais e físicas (Perlin & Szeli, n.d., pp. 241-242).

Com a adopção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) em 2008, a partir da relação estabelecida entre a ONU, as instituições da sociedade civil e as pessoas com deficiência, este grupo passa a dispor de um instrumento internacional que legitima os seus direitos e constitui uma base legal para o reconhecimento das suas liberdades e garantias ao invés dos seus direitos serem tratados na base da assistência caritativa e da boa vontade de organismos e instituições. Reconhecendo a dignidade devida às pessoas com deficiência, a CDPD apresenta-as como membros activos da sociedade, com capacidade de exercerem escolhas pessoais sobre a forma como desejam viver as suas vidas, instando os Estados a tornarem as sociedades mais “habilitadas” para lidar com as questões da deficiência.

Dispensando a atitude emocional ligada a sentimentos de solidariedade e bondade que acompanham o trato das pessoas com deficiência, a CDPD assume um carácter objectivo baseado no respeito pela dignidade e no reconhecimento efectivo dos direitos deste grupo em particular. A partir daqui têm-se intensificado os esforços na criação de políticas que favoreçam a integração das pessoas com deficiência nas sociedades e reafirmem a responsabilização destas na criação de condições e contextos conjunturais que garantam os direitos básicos e elementares deste grupo.

A ratificação da Convenção pelos Estados Partes assume-se assim fundamental na aplicação das medidas sociais e políticas necessárias para o efectivo cumprimento das normas da Convenção nos respectivos territórios e organismos. Quer seja através do design universal ou do planeamento de ambientes físicos e sociais compatíveis com a diversidade humana, pretende-se que a sua aplicação seja um garante dos direitos no que se refere à acessibilidade, mobilidade, independência, acesso à saúde, justiça, habilitação e reabilitação, salvaguardando ainda os direitos políticos, económicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência.

Contudo mais de sessenta anos depois da adopção da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) os princípios enunciados na sua Carta ainda não se tornaram realidade. Apesar de serem titulares de todo o conjunto de direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais consagrados, em igualdade com os demais, a realidade apresenta-se bem diferente para milhares de crianças, mulheres e homens com deficiência.

Em todas as sociedades, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar práticas discriminatórias, que não apenas violam os princípios sob os quais se baseiam os instrumentos de direitos humanos criados, mas as impedem de exercer livremente os seus direitos mais elementares (S/a, 2005). Assim sendo, o presente estudo de monitorização pretende ser um contributo na avaliação do progresso dos direitos humanos e um reforço na compreensão em torno destas questões, colaborando para um conjunto crescente de informação nesta área e para analisar a realidade dos direitos humanos, ao nível da deficiência.

Finalidade e Objectivos do Estudo:

O presente trabalho intitulado *“Monitorizar os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência: Análise de Dados do Projecto Disability Rights Promotion International na Cidade de Toronto, Canadá”*, desenvolveu-se no contexto do Projecto Disability Rights Promotion International (DRPI). Assente em parcerias internacionais, o Projecto DRPI procura estabelecer um sistema de vigilância, no combate à discriminação com base na deficiência, a nível mundial. Para tal o processo de monitorização conta com o envolvimento de um conjunto alargado de actores com formação específica nas áreas da deficiência e direitos humanos, dentre os quais pessoas com deficiência e as suas organizações.

Este trabalho centra-se numa análise qualitativa e em profundidade dos domínios de vida mais relevantes para as pessoas com deficiência, tendo em conta as suas experiências quotidianas na cidade de Toronto, no Canadá. Partindo das experiências de vida de 43 pessoas com deficiência, o presente estudo apresenta as suas perspectivas, a sua

percepção face ao mundo exterior e as suas relações de desigualdade, permitindo examinar as questões da deficiência pela perspectiva das experiências de discriminação.

Tendo como referência as normas da CDPD, este estudo pretende explorar as barreiras sociais, políticas, económicas e culturais que este grupo enfrenta no seu quotidiano, determinando se estão a ser respeitados e protegidos os seus direitos e identificando que oportunidades têm sido colocadas à disposição deste grupo específico.

No entanto não se pretende apenas analisar as derivações das vivências subjectivas das pessoas com deficiência de uma cidade do Canadá. Este trabalho visa, a partir de um estudo de caso, abordar o tema da deficiência à luz das teorias desenvolvidas nas últimas décadas e das concepções fundadas nos direitos humanos, tendo em conta as convenções e os tratados internacionais existentes, ao mesmo tempo que visa a reflexão em torno das questões da deficiência e dos direitos fundamentais.

Sendo assim, pretendemos dar resposta a questões centrais, tais como:

1. Quais os domínios de vida mais relevantes para as pessoas com deficiência tendo em conta as suas experiências quotidianas na óptica dos direitos humanos, na cidade de Toronto?
2. De que modo estas pessoas com deficiência sentem e encaram as experiências de negação dos seus direitos?
3. Quais as respostas que desenvolveram face às situações de violação e discriminação de que são alvo?

Relevância e Pertinência do Estudo:

A pertinência deste estudo prende-se com o facto de este dar voz a uma classe social minoritária como são as pessoas com deficiência, permitindo-lhes falar das suas experiências pessoais e percepções face ao exterior. Tendo em conta as múltiplas barreiras que este grupo social enfrenta no seu dia-a-dia, através das narrativas quotidianas destas pessoas ficamos a conhecer as estruturas de poder e os contextos sociais que promovem o acesso ou a negação de direitos básicos fundamentais subjacentes aos princípios da dignidade, autonomia, inclusão, não-discriminação e do respeito pela diferença.

Numa altura em que o Projecto DRPI se desenvolve de forma pioneira em Portugal e tendo em conta que os estudos sobre a relação entre deficiência e direitos humanos não são áreas bem estabelecidas da investigação e da escrita académica, e que a produção de trabalhos nestas áreas é sempre uma fonte de revigoramento, consideramos o trabalho

realizado como um forte impulso e contributo para o desenvolvimento na área da deficiência e direitos humanos.

Ao tornar a vida real das pessoas com deficiência mais próxima da investigação académica, este trabalho contribui para a consciencialização em torno do tema da deficiência e dos direitos humanos, procurando fomentar acções e comportamentos baseados na tolerância e na solidariedade, responsabilidade e respeito, esperando igualmente servir de fonte de inspiração para estas questões e para o repensar de estratégias sociais de promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Estrutura do Trabalho:

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado ao referencial teórico relevante e de partida para o estudo, sob os temas da deficiência e dos direitos humanos. Iniciando com uma busca conceptual do conceito de deficiência e da sua complexa definição, é retratada a sua evolução ao longo do tempo através das diferentes perspectivas conceptuais do Modelo Médico, Social e Biopsicossocial que culminaram com a abordagem actual da deficiência com base nos direitos humanos.

Relativamente ao tema dos direitos humanos é abordado o seu surgimento, a sua evolução ao longo da história e o seu desenvolvimento no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU) até aos nossos dias, com a criação dos instrumentos de protecção internacionais. Desde a noção de Direitos Naturais de John Locke, até à DHDU, passando pelos Pactos Internacionais, este capítulo faz menção a vários tratados e convenções criados ao longo do tempo terminando com a referência à CDPD, enquanto instrumento internacional de protecção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência e os princípios universais que estão na base da sua criação.

Quanto ao segundo capítulo, referente à metodologia, contém informação relativa ao Projecto DRPI, enquanto projecto internacional de monitorização e sistema de vigilância no combate à discriminação com base na deficiência. Inclui também informação sobre a Monitorização Individual de Experiências de Projectos DRPI desenvolvidos em várias cidades no Canadá, nomeadamente em Toronto, com a descrição ao nível do guião de entrevista utilizado e sua aplicação. Apresenta ainda uma descrição relativa às diferentes etapas de análise do presente estudo, baseado no Projecto DRPI-Toronto, bem como a metodologia adoptada para a sua elaboração.

Por sua vez, o terceiro capítulo é referente ao contexto social, económico e demográfico da cidade de Toronto apresentando uma análise dos indicadores socio-económicos e

demográficos da cidade, que reflectem a situação da deficiência ao nível da habitação, emprego, rendimentos, transportes, educação, cuidados de saúde e recursos sociais e comunitários. Termina com uma breve apresentação do perfil da comunidade na cidade de Toronto ao nível da deficiência.

O quarto e último capítulo inicia com uma breve caracterização da amostra utilizada no presente estudo, ao nível da idade, género, tipo de deficiência e educação. De seguida apresenta uma análise descritiva de experiências individuais, obtidas a partir das narrativas pessoais de 43 pessoas com deficiência residentes na cidade de Toronto. Esta análise é feita a partir da perspectiva dos direitos humanos e analisada através das experiências de dependência, indignidade, exclusão, inacessibilidade, discriminação e desrespeito pela diferença. Apresenta ainda as diferentes estratégias adoptadas, pelas pessoas com deficiência, face aos obstáculos diários com que são confrontadas, os motivos para não apresentarem queixa face ao incumprimento dos seus direitos e termina com as recomendações dos participantes do estudo para a melhoria da sua condição no futuro.

Da análise conclui-se que predominam as experiências de negação dos direitos das pessoas com deficiência nos diferentes domínios de vida, sendo a Participação Social e o Trabalho os domínios mais relevantes em termos de experiências em matéria de direitos humanos. As barreiras físicas e atitudinais, bem como os obstáculos no acesso ao mercado de trabalho e a falta de oportunidades de emprego, estão entre as situações mais comuns relatadas pelas pessoas com deficiência na cidade de Toronto, no Canadá. O estudo termina com os principais resultados da investigação e as suas implicações para a Política Social.

CAPÍTULO I

Deficiência – Um Constructo Social

O conceito de deficiência tem evoluído ao longo do tempo e tem diferido de cultura para cultura, mas apesar de existirem leis e políticas nacionais e internacionais que têm abordado a questão da deficiência de forma séria, a deficiência ainda é vista na sua generalidade como uma instituição de caridade, um problema médico ou então uma maldição sobrenatural. Os factores culturais têm enformado o conceito de deficiência, que em muitas sociedades se assume como um facto consumado, um fardo inevitável que tem de ser aceite por um acto de sorte ou de algum demónio malévolo.

Ao longo do tempo o conceito de deficiência tem sofrido alterações decorrentes das constantes mutações dos paradigmas sociais que lhe conferem significado, pelo que a sua definição não é estática e rígida mas assenta nas interpretações e representações sociais em transição. Durante a década de 1970 houve uma forte reacção das organizações representantes de pessoas com deficiência e técnicos desta área contra a terminologia da época. Os conceitos utilizados na área da deficiência reflectiam uma abordagem médica e de diagnóstico, que desconsiderava as “imperfeições e deficiências” da sociedade e do meio envolvente e a sua influência sob as pessoas com deficiência (United Nations, n. d.) (c).

Tradicionalmente a abordagem da deficiência baseava-se no Modelo Médico que se centrava nas limitações e incapacidades dos indivíduos para explicação dos seus problemas. No Modelo Médico a deficiência era vista como uma “anormalidade”, uma patologia individual, uma disfunção do corpo, sendo que a pessoa com deficiência era considerada alguém incapaz, submisso e dependente dos cuidados de terceiros. Ainda hoje, este modelo assume-se como princípio regulador de muitas políticas de saúde e de assistência destinadas a ajudar pessoas com deficiência, mostrando-se estigmatizante e discriminatório para este grupo minoritário. Huges refere *“When a person with an impairment encounters a discriminatory gaze – be it institutional or personal – she encounters not a pure look but an act of invalidation”* (Quando uma pessoa com uma deficiência encontra um olhar discriminatório, seja ele institucional ou pessoal, ela não enfrenta apenas um olhar, mas um acto de invalidação) (como citado em Pinto, 2009, p. 34).

A abordagem baseada no Modelo Médico pouco promotora da inclusão social, promovia a segregação e a infantilização das pessoas com deficiência. De perspectiva estritamente reabilitativa e medicalizada, este modelo assentava numa concepção individual como consequência da doença, agindo ao nível da prevenção, do tratamento e da reabilitação médica, desvalorizando a pessoa com deficiência e reduzindo-a a uma categoria diagnóstica. (Pinto, 2009). A partir deste modelo, as pessoas com deficiência eram vistas como *“simples usuários dos serviços sociais, destinatários de cuidados e, portanto, objectos de assistência social ou caridade. Assim viam-se impossibilitadas de tirar o máximo (ou qualquer) vantagem dos actuais instrumentos de direitos humanos”* (Petman, n. d., p. 28).

Pessoas com deficiência e estudiosos trabalharam para mudar a percepção da deficiência do Modelo Médico para um modelo que enfatizasse o impacto que as barreiras físicas e socio-políticas exercem na produção social da deficiência. Assim, por volta da década de 1970 e 1980, surge um modelo que modifica esta concepção e transforma a maneira de pensar a deficiência. Impulsionado pelo *“Independent Living Movement”* (Movimento de Vida Independente) que surgiu nos Estados Unidos da América e pela Union of Physically Impaired People Against Segregation (UPIAS) são lançadas as bases para uma nova abordagem da deficiência – o Modelo Social.

De acordo com o Modelo Social, os problemas decorrentes das incapacidades dos indivíduos não se deviam primeiramente às suas limitações, mas eram causados pela existência de barreiras físicas e restrições da própria sociedade (Kivirauma & Laitinen, n. d., p. 67), mudando assim o enfoque do Modelo Médico da tragédia individual para a limitação das estruturas construídas por uma sociedade incapacitante. Segundo Urhonen (n.d.) *“O modelo social desafiou a antiga forma médica de olhar para a deficiência. Activistas com deficiência alegaram que o problema não estava neles ou com eles, mas na sociedade (p. 274).*

Assente no reconhecimento de que a incapacidade não é inerente ao próprio indivíduo, mas consequência do conjunto de condições que o meio ambiente oferece ao sujeito, o Modelo Social *“centra-se nas diversas barreiras: económicas, políticas e culturais, experienciadas pelas pessoas com deficiência. Consequentemente, a incapacidade não se assume como um produto da insuficiência individual, sendo antes socialmente gerada”* (Fabela, 2007, p.31).

O Modelo Social visava a plena participação e interacção da pessoa no meio ambiente, valorizando a responsabilidade social colectiva pelo respeito e dignidade dos direitos humanos, situando o problema da deficiência não nas limitações do próprio indivíduo, mas

na sociedade e nas respostas que esta provia. Reconhecia as componentes ambientais como condicionantes do processo de desenvolvimento, funcionalidade e participação activa da pessoa com deficiência e baseava-se numa política de acções e intervenções direccionadas para o reforço dos meios acessíveis e geradores de competências pessoais, atitudes e políticas positivas.

Transpunha para a sociedade uma identidade colectiva das pessoas com deficiência conferindo-lhes um estatuto de pertença. De acordo com Sousa (2007) *“À perspectiva assistencialista [Modelo Médico], o Modelo Social contrapõe uma perspectiva baseada nos direitos das pessoas, conferindo o poder de decisão e controle das intervenções aos clientes, provendo políticas e recursos para assegurar esses direitos, através da eliminação das barreiras que impedem a inclusão social, através de políticas transversais e universais, concebidas e organizadas de forma abrangente, sem excluir ninguém”* (p. 45).

Segundo os defensores do Modelo Social fora a postura negativa e pejorativa do Modelo Médico que provocara a discriminação sistemática das pessoas com deficiência, o que se reflectia nas barreiras atitudinais, físicas e institucionais que impediam a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade (Lang, 2009, p. 268). O Modelo Social surge assim como uma reacção ao Modelo Médico da Deficiência cuja posição ideológica assentava na “cura” ou atenuação das deficiências físicas e/ou intelectuais.

Enquanto o Modelo Médico dava ênfase às limitações dos indivíduos e baseava a sua abordagem no conceito de *diferença*, excluindo os factores ambientais como condicionantes do processo de inclusão social, o Modelo Social baseava-se no conceito de *igualdade*. Contudo este último modelo negligenciava certas diferenças relevantes dentro do grupo específico das pessoas com deficiência, tais como a idade, género, grau e tipo de deficiência (Pinto, 2009) pelo que com o tempo, ambos os modelos foram sendo considerados insatisfatórios para a explicação da complexidade da deficiência, dando origem a um novo modelo da deficiência – o Modelo Biopsicossocial.

O Modelo Biopsicossocial da Deficiência reconhece a interacção destas duas realidades biológica e social, correlacionando as condições de saúde e os factores do contexto e da envolvente externa. Assim, este modelo considera por um lado, a igualdade das pessoas com deficiência e, por outro as suas diferenças específicas, promovendo os seus direitos numa base social igualitária mas tendo em conta as características distintivas de cada deficiência relacionando tanto os factores biológicos como os factores ambientais na relação indivíduo-meio.

Como Tom Shakespeare, activista e estudioso nas questões da deficiência refere, “as pessoas são incapacitadas pela sociedade e pelos seus corpos”. Seguindo a linha de pensamento do Modelo Biopsicossocial da Deficiência, o autor propõe uma abordagem interactiva, apresentando a deficiência como resultado de factores extrínsecos (meio ambiente, estruturas de apoio...) e factores intrínsecos ao próprio sujeito (tipo de deficiência, habilidades, personalidade, competências...) (citado em Pinto, 2009, p.39).

Tendo em conta o Modelo Biopsicossocial, verificamos a sintonia entre este modelo e a abordagem baseada nos direitos humanos sobre a qual assenta a CDPD, na medida em que esta tem em conta tanto as limitações ao nível físico, mental, sensorial e intelectual, como também considera os obstáculos e as barreiras sociais que obstruem a participação das pessoas com deficiência na sociedade. Rejeitando a forma tradicional de encarar as limitações dos indivíduos, a CDPD veio, pela primeira vez, reconhecer que a concepção da deficiência é muito abrangente e que o exercício dos direitos das pessoas com deficiência tem uma relação directa com as estruturas económicas, sociais, políticas e culturais em que o indivíduo se insere.

Segundo Petman (n.d.):

Ao fazê-lo, a Convenção muda a forma como a deficiência é conceituada. Tradicionalmente, os entendimentos da deficiência têm sido orientados para o modelo médico ou de diagnóstico [...] construídos sobre o pressuposto de que os obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência são inteiramente função de suas próprias limitações físicas ou outras. [...] Isto é, a ênfase tem sido na adaptação do indivíduo para actuar na realidade circundante. [Contudo] Na maioria das vezes os obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam são função do ambiente social em que vivem (pp.25-26).

A ênfase passa então a ser colocada, não exclusivamente nas limitações individuais mas ao nível da interacção entre estas e o ambiente social. Ao recusar aceitar a concepção tradicional da deficiência, a CDPD alerta para o facto de que as questões da deficiência não são apenas questões particulares, mas estão relacionadas com os diferentes sistemas e a forma como estes estão organizados. A terminologia utilizada na Convenção muda igualmente a visão da sociedade baseada na preocupação excessiva com as limitações dos indivíduos, para uma preocupação baseada no impacto das sociedades na deficiência, ao

mesmo tempo que aborda a deficiência do ponto de vista heterógeno, reconhecendo os diferentes tipos e graus de deficiência (Petman, n. d., p. 26).

A Convenção marca assim uma mudança de paradigma na percepção social sobre a deficiência, deixando de assumir as pessoas com deficiência como “objectos” de caridade, de assistência médica ou protecção social, para as encarar como “sujeitos” de direitos, capazes de tomar as suas próprias decisões com base num conhecimento livre e informado (United Nations, n. d.) (b). O paternalismo face às pessoas com deficiência, o seu consequente desempoderamento, categorização, discriminação e institucionalização, características da abordagem assistencialista, evoluíram através da Convenção para os conceitos de empoderamento, dignidade, interdependência e integração no exercício dos direitos característicos de uma abordagem baseada nos direitos humanos.

É esta abordagem baseada nos direitos humanos que vem assumir as pessoas com deficiência como agentes sociais detentores de direitos, considerando que a efectiva aplicação e usufruto desses direitos não se baseiam ou estão subordinados a quaisquer vontades ou actos altruístas de instituições ou organismos estatais. Reconhece a dignidade humana e a igualdade de direitos e garantias de todas as pessoas independentemente da sua condição física ou intelectual, assumindo as pessoas com deficiência como indivíduos capazes de participar activamente na sociedade nos seus diferentes contextos, conferindo-lhes poder de decisão, liberdade e autonomia de acção. Sustenta ainda que os recursos existentes devem ser distribuídos de forma justa e equitativa pelos grupos sociais mais vulneráveis, como o são as pessoas com deficiência. Segundo Sen (1999) *“a rights-based framework was the basis for the future development of disability policy and practice”* (Um quadro baseado nos direitos foi a base para o desenvolvimento da política e prática da deficiência) (como citado em Lang, 2009, p. 270).

A CDPD não apresentando nenhuma definição restrita de deficiência, define no seu Artigo 1º que *“pessoas com deficiência são as que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”*. Declara ainda no seu preâmbulo que *“a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interacção entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem a participação plena e efectiva na sociedade em igualdade de condições com os outros”*, ou seja, a deficiência é o resultado da relação entre a sociedade não-inclusiva e os indivíduos. Igualmente identifica o seu objectivo, como sendo o de *“promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”*. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [CDPD], 2008).

Sousa (2007) no seu artigo “Deficiência, Cidadania e Qualidade Social”, apresenta as pessoas com deficiência ou incapacidade como *“pessoas que experienciam restrições na sua actividade e participação, decorrentes de alterações funcionais e estruturais significativas e duradouras, implicando a necessidade de recursos e serviços para apoiar a realização dos seus potenciais, qualquer que seja a sua origem (congénita ou adquirida) e a tipologia”*. Defende que a *“deficiência é um constructo social, algo fluido, que não existe em si mesma como algo ontologicamente constituído, sendo antes formulada, concebida, por critérios socio-históricos, como uma representação socialmente referenciada”* (pp. 42-53).

Segundo o autor a deficiência é uma realidade social em constante mutação. E tem sido através da evolução conceptual da deficiência e das suas abordagens teóricas que se tem contribuído para a evolução do imperativo moral do reconhecimento e da promoção dos direitos das pessoas com deficiência e incapacidades, na tentativa de construção de uma sociedade mais aberta e inclusiva, uma sociedade de respeito pelas diferenças e de valorização do “outro”, firmada numa cultura de direitos humanos.

Na Génese dos Direitos do Homem

Definidos pela Amnistia Internacional (2000, p. 2) como *“padrões básicos sem os quais os seres humanos não poderiam viver dignamente, os direitos humanos [apresentam-se como] fundamentos da liberdade, da justiça e da paz [sendo que] o seu respeito permitiria a realização plena do indivíduo e da comunidade”*. Segundo Haarscher (1997) os direitos humanos representam *“uma espécie de espaço «sagrado», intransponível, [que] traçam à volta do indivíduo uma esfera privada e inviolável”* (p. 13).

Consagrados em tratados e convenções ao longo do tempo, os direitos humanos assumem-se como naturais, inerentes à própria condição humana, universais, independentes da raça, do sexo, religião ou nacionalidade, indivisíveis pelo direito de cada ser humano à liberdade, segurança e a padrões de vida aceitáveis, sendo igualmente inalienáveis, intransmissíveis e interdependentes. *“São garantias atribuídas a todas as pessoas...a todos os povos do mundo...sem qualquer distinção”* (Disability Rights Promotion International [DRPI], 2010, p. 18)

Os direitos humanos foram surgindo pela necessidade crescente de se alcançar um nível de vida digno no qual cada cidadão pudesse beneficiar de liberdade, segurança, respeito e de um padrão de vida decente. Segundo Fazenda (1975) *“não se trata só de necessidades biológicas, trata-se antes das condições de vida que facultem ao homem desenvolver e utilizar plenamente as suas qualidades de inteligência e de consciência e satisfazer as suas exigências espirituais”* (p. 5).

Apesar dos valores humanos estarem latentes desde cedo nas sociedades, a origem do conceito de direitos humanos pode ser datada aos séculos XVII e XVIII na Europa durante a luta travada pelas “Luzes” contra o Absolutismo ou o poder arbitrário e com uma mudança nas concepções do estatuto do homem na sociedade. Em 1690 surge a ideia dos direitos naturais (conferidos pela «lei natural» da razão) desenvolvidos pelo filósofo inglês John Locke e reivindicados pelo movimento dos filósofos franceses do Iluminismo no Século das Luzes (XVIII). Locke, Montesquieu, Voltaire e Rousseau assumem o indivíduo não como um ser cujos direitos estão sujeitos à caridade social ou aos governos, mas antes reconhecem-no como cidadão detentor de direitos naturais inalienáveis, conferidos pelo uso natural da razão, defendendo a sua centralidade na vida social e política, assente num regime democrático (Combesque, 1998, p. 12).

Segundo Locke, para se garantirem tais direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade, os homens tinham criado os governos, sendo estes responsáveis pela protecção e garantia dos direitos naturais dos cidadãos. Contudo, caso as decisões dos governantes colocassem em causa o usufruto desses direitos, o povo tinha o direito de se rebelar contra o Estado, exercendo o seu direito de «resistência à opressão» (Haarscher, 1997, p. 24). Segundo Haarscher (1997) *“é suposto que estes direitos pertençam ao indivíduo em virtude da sua própria essência ou, por outras palavras, são considerados como de tal modo fundamentais que nenhuma vida em sociedade digna desse nome parece possível sem que eles sejam respeitados; o mesmo é dizer que...uma norma positiva [direito imposto pelo legislador] ditada pelo poder, e que violasse os direitos naturais, pareceria...ilegítima”* (p. 18).

Os direitos naturais fundaram a base para o desenvolvimento do pensamento clássico dos direitos humanos como os conhecemos hoje. *“Political liberalism, democracy, and the doctrine of natural law are the main schools of thought upon which the classical concept of human rights as civil and political rights is founded”*. (O Liberalismo político, a democracia e a doutrina da lei natural são as principais escolas do pensamento sobre o qual se funda o conceito clássico dos direitos humanos como direitos civis e políticos) (Nowak, 2003 como citado em Pinto, 2009, p. 56).

Os ideais filosóficos do Iluminismo vão ajudar a derrubar o Absolutismo na Inglaterra e vão estender a sua influência às modernas Revoluções Liberais da Revolução Inglesa (1688-1689), à Revolução Americana (1776) e na fase inicial à Revolução Francesa (1789).

A Declaração dos Direitos dos Cidadãos aprovada pelo Parlamento Inglês a 16 de Dezembro de 1689 determina, entre outras, a tolerância religiosa, a liberdade política e de expressão e o limite dos poderes soberanos na Inglaterra, ao passo que o *Bill of Rights* (Carta de Direitos) determina certos direitos básicos.

Por sua vez a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, redigida por Thomas Jefferson e ratificada a 4 de Julho de 1776 representa a determinação na luta contra o domínio e a opressão estrangeiros e reivindica, entre outros, o direito à igualdade, à vida, à liberdade e à felicidade (Castro, 1992, p. 19).

Já no ano de 1789 a instabilidade social e política que se vivia em França, decorrente de factores de ordem conjuntural e estrutural, conduzem a uma revolução civil e ao fim do Antigo Regime (Cluny, 1992, p. 27). Uma das maiores revoluções da história da humanidade, a Revolução Francesa aboliu a servidão e os direitos feudais e exaltou os princípios da *“Liberté, Egalité et Fraternité”* (Liberdade, Igualdade e Fraternidade). Com base

nos ideais filosóficos do Iluminismo e sob o lema “*Sapere Aude!*” (Tem coragem de fazer uso da tua própria razão) e inspirada na Revolução Americana de 1776, a Assembleia Constituinte da França revolucionária aprova em 26 de Agosto de 1789 e vota definitivamente a 2 de Outubro, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Compilada em dezassete artigos, a declaração apresentou-se como “*um verdadeiro plano de mudança radical da sociedade, que rompe com a monarquia de direito divino e com o sistema feudal dos privilégios da nobreza*” (Combesque, 1998, p. 23). Elaborada sob proposta de Lafayette, a declaração proclama pela primeira vez os ideais libertários franceses, baseados na defesa das garantias e dos direitos fundamentais, na liberdade individual no campo económico, político e intelectual, visando abranger toda a humanidade.

Em 4 de Novembro de 1848, a nova Constituição Francesa instituía os direitos individuais dos homens como mais importantes que os direitos do próprio Estado, mostrando-se na vanguarda da defesa dos direitos públicos de todos os cidadãos (Fleury, 2002, p. 37).

Durante os séculos XVII e XVIII, muitos foram os textos e os acontecimentos que enfatizaram a importância da igualdade, dignidade e responsabilidade para com os mais desfavorecidos, e muitas foram as formas de luta pelos direitos individuais e fundamentais do homem ao redor do mundo. Já no século XIX muitos são os eventos que mudam o rumo dos acontecimentos mundiais, com parte da Europa a caminhar em direcção à constituição de Estados de Direito que vão impulsionar os direitos e as liberdades dos cidadãos.

O século XX registou igualmente ocasiões marcadas pela defesa dos direitos humanos. Importantes conferências, documentos e declarações foram realizados, elaborados e adoptados com vista à protecção e reafirmação dos direitos humanos. No entanto a conquista pelos direitos humanos não ocorreu de forma gradual e progressiva, mas enfrentou retrocessos com a instauração de regimes totalitários, comunistas, nazis, fascistas e governos autoritários, em alguns países.

Em 1919 a Convenção da Liga das Nações, também conhecida por Sociedade das Nações, surge como uma organização internacional idealizada pelos Estados vencedores da Primeira Guerra Mundial, com o objectivo de alcançar a paz. Contudo 20 anos depois, em Setembro de 1939, o ditador nazi alemão Adolf Hitler desencadeia a Segunda Guerra Mundial e a Liga das Nações, fracassando em manter a paz no mundo é dissolvida, passando em 18 de Abril de 1946 as suas responsabilidades à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU).

Sob a Égide das Nações Unidas

Em Junho de 1941, quase toda a Europa estava dominada pelas potências do Eixo, compostas pela Alemanha, Itália e Japão. Contudo, a 12 de Junho de 1941 foi assinada uma declaração, pelos países Aliados, que tinha como objectivo lutar pela paz duradoura com vista à segurança económica e social, conhecida como a Declaração de St. James's Palace. Este documento seria o primeiro de uma série de documentos que iriam conduzir à fundação da ONU (United Nations, 2005d).

A 14 de Agosto, dois meses após a elaboração da Declaração no Palácio de St. James, o Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, e o Primeiro-Ministro Britânico, Winston Churchill, assinam a Carta do Atlântico, contendo princípios para a cooperação entre as nações com vista à manutenção da paz, segurança internacionais, progresso económico e reivindicando a liberdade e a justiça para todos os povos ao redor da terra. O documento expõe o desejo da criação de uma organização da paz definindo-a como *“um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral”* (Carta do Atlântico, 1941, Artigo nº 8).

No início do ano seguinte, a 1 Janeiro de 1942 surge pela primeira vez o termo “Nações Unidas” usado por Churchill e Roosevelt, quando estes estadistas, juntamente com Maxim Litvinov (URSS) e Soong (China) assinam um pequeno documento, mais tarde conhecido como a Declaração das Nações Unidas. A este grupo juntam-se vinte e dois representantes de outros Estados signatários que se comprometem a lutar juntos contra as potências do Eixo, sendo esta aliança efectuada à luz dos princípios da Carta do Atlântico, identificada na primeira cláusula da Declaração das Nações Unidas.

Já no ano de 1943, as principais nações aliadas, Estados Unidos da América, Reino Unido, União Soviética e China, organizam em Outubro uma conferência em Moscovo. Unidos na sua determinação de lutar contra as potências inimigas e de estabelecer a paz e a segurança internacionais, elaboram a chamada Declaração de Moscovo que define medidas conjuntas a serem observadas pelos Aliados ao lidarem com a rendição dos inimigos e proclamam a necessidade urgente de criação de uma *“organização internacional geral, com base no princípio da igualdade soberana de todos os Estados pacíficos, e aberto à participação de todos os Estados, grandes e pequenos, para a manutenção do direito internacional, paz e segurança”* (Moscow Conference, 1943, Artigo 4º).

Após a definição dos princípios da nova organização mundial, os representantes dos principais países aliados reúnem-se em Dumbarton Oaks para a elaboração de um projecto

a ser aceite por muitas nações, com vista à criação da nova estrutura da organização mundial. Assim, e depois de terem sido acordados todos os aspectos da nova organização a 25 de Abril de 1945, representantes de 50 países reúnem-se em San Francisco na Conferência das Nações Unidas para redigirem a Carta das Nações Unidas elaborada sob as propostas dos representantes da China, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética, apresentadas entre Agosto e Outubro de 1944, em Dumbarton Oaks. A Carta das Nações Unidas seria assinada a 26 de Junho de 1945 e, perante o cenário de barbárie deixado pelo rescaldo da II Guerra Mundial, nasceria oficialmente a Organização das Nações Unidas a 24 de Outubro de 1945.

Com vista à criação de um quadro legal de direitos que representasse a base para a protecção e reafirmação dos direitos fundamentais inalienáveis de cada indivíduo e perante a necessidade de um documento escrito é proclamada e adoptada pela ONU, a 10 de Dezembro de 1948, em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Segundo Ribeiro (1992) *“a necessidade de um organismo eficaz, susceptível de prolongar a paz e de obter o consenso generalizado das Nações, foi, juntamente com a constatação da violação sistemática dos direitos da pessoa humana, a génese da Declaração Universal dos Direitos do Homem”* (p. 35).

Revestida de carácter social e político, a DUDH reconhece a dignidade inerente a cada indivíduo dentro da família humana e define *“um conjunto de direitos básicos para todos os seres humanos, em todo o mundo, independentemente da sua raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, propriedade ou estatuto de nascimento”* (Amnistia Internacional, 2000, p. 3). O objectivo da DUDH era que cada indivíduo e órgão da sociedade interiorizasse os princípios inerentes à declaração e se esforçasse por promover o respeito por esses direitos. Os Estados por sua vez deveriam tomar as medidas necessárias a nível nacional para assegurar o reconhecimento universal e efectivo desses direitos.

A DUDH iria servir de inspiração para grande parte das leis internacionais elaboradas na área dos direitos humanos. Contudo não sendo ela própria um documento legalmente vinculador assumia apenas *“força moral de uma proclamação que os governos fazem uns perante os outros, comprometendo-se em relação a princípios e não a obrigações”* (Combesque, 1998, p. 26), não estando os Estados legalmente obrigados ao cumprimento dessas mesmas normas. A ausência de uma «força vinculativa» que fundamentasse tal obrigação criou a necessidade de transferir princípios da DUDH para dois instrumentos distintos com força jurídica, o que veio a acontecer 18 anos mais tarde, a 16 de Dezembro de 1966, com a criação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), e

o seu protocolo opcional, e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (Forst em Combesque, 1998, p. 29). Estes convénios entrariam em vigor no dia 3 de Janeiro de 1976 no caso do PIDESC e no dia 23 de Março de 1976 no caso do PIDCP e do seu protocolo (Fleury, 2002, p. 40).

O PIDCP engloba os direitos relativos à vida, liberdade, segurança pessoal e reivindica a igualdade perante a lei, a salvaguarda da vida familiar e pessoal, o direito ao asilo, a uma nacionalidade, ao casamento, à constituição de família e à propriedade. Protege ainda as liberdades de pensamento, consciência, expressão, reunião e associação pacífica, a liberdade religiosa e a livre circulação sem qualquer espécie de discriminação, e proíbe a prisão ou o exílio arbitrário, a escravatura, tortura e todas as formas desumanas de tratamento. Por sua vez o PIDESC abrange a segunda categoria de direitos humanos relativos ao trabalho, saúde e bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, educação básica gratuita, e ainda o direito à assistência e segurança social, à escolha de uma profissão, a condições de emprego justas e benéficas, à protecção contra o desemprego, ao descanso e tempos livres, a um nível de vida digno e à participação na vida cultural e científica da sociedade (Fazenda, 1975, p.6). Já a terceira geração de direitos diz respeito a direitos que não têm consagração jurídica ou obrigatoriedade legal, mas que se assumem como uma junção dos direitos de primeira e segunda geração, como o caso do direito ao desenvolvimento.

Com a criação do PIDCP e do PIDESC os estados-membros passariam a estar vinculados de forma legal ao cumprimento das normas expressas nestes dois tratados, devendo rever a sua ordem interna, de forma a torná-la compatível com o respeito pelos princípios consagrados tanto na DUDH como nos pactos. Estariam ainda obrigados a informar periodicamente o órgão competente da ONU dos progressos realizados na área dos direitos humanos, por meio de relatórios estatais, de instituições especializadas ou de organizações não-governamentais.

No seguimento da Carta de Direitos da ONU, formada pelo PIDESC, PIDCP e pela DUDH surgiram muitos mais instrumentos visando a protecção dos direitos fundamentais ou reforçando os já existentes, tornando-os obrigatórios por lei. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979); Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); Convenção sobre a Protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) são

reflexões posteriores de direitos, para grupos específicos, que não faziam parte dos documentos originais de direitos humanos.

Estas convenções específicas, criadas depois da Carta de Direitos da ONU foram surgindo dada a crescente necessidade de protecção especial de grupos minoritários, numa tentativa de proteger os direitos de grupos marginalizados contra situações de abuso e discriminação. Para além das declarações e tratados adoptados nas últimas décadas do século XX, foram igualmente tomadas outras acções para enfatizar a problemática existente em torno dos direitos humanos. Em 24 de Dezembro de 1994 a ONU adopta a resolução 46/184 e proclama a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos a ter início a 1 de Janeiro de 1995 (Costa, 2002, p. 335) e cria o Alto Comissariado para os Direitos Humanos. Contudo, as dificuldades na aplicação de algumas convenções, as violações flagrantes, os crimes de guerra e os genocídios tanto na Europa como nos restantes continentes, ocorridas na última década do século XX, demonstram a fragilidade dos direitos humanos e dos instrumentos de defesa criados, especialmente face a determinados grupos sociais e minorias.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

O caminho que se tem percorrido ao nível do efectivo reconhecimento dos direitos do homem tem sido lento, nomeadamente para com as pessoas com deficiência que são um dos grupos que mais tem sofrido com os efeitos da exclusão e da discriminação. Impedidos de participar activamente na sociedade, têm visto com frequência comprometidos os seus direitos de cidadania mais elementares, tanto a nível social, político como cultural. A negligência, ignorância, superstição e até mesmo o medo têm influenciado as condições de vida das pessoas com deficiência marginalizando-as e excluindo-as.

É neste contexto que na década de 80, movimentos civis, activistas, famílias e organizações em todo o mundo promovem manifestações a favor das pessoas com deficiência, reivindicando os seus direitos, com o objectivo de elevar a componente política das questões da deficiência a nível regional e local. De forma a incentivar os governos a adoptarem medidas legislativas a favor das pessoas com deficiência são organizados eventos e criados tratados e convenções que pretendem levar à prática uma nova geração de políticas que reforcem a integração deste grupo na sociedade e melhore as suas condições de vida.

Assim, assiste-se ao surgimento do Movimento Internacional da Deficiência pela reivindicação de um quadro baseado nos direitos para este grupo minoritário ao passo que se inicia a contínua relação entre a ONU e as organizações civis de direitos humanos na área da deficiência. No mesmo ano é assinalado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência e em 3 de Dezembro de 1982, a Assembleia Geral da ONU aprova o Programa de Acção Mundial relativo à deficiência na tentativa de implementar uma estratégia de prevenção face a esta problemática. Já no ano seguinte é declarada a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência (1983-1992) assente no tema “Participação e Igualdade” (Lang, 2009, p. 268-269).

O Programa de Acção Mundial para as Pessoas com Deficiência adoptado pela Assembleia Geral da ONU por meio da resolução 37/52 foi resultado do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência e teve como tema principal a “Igualdade de Oportunidades”, princípio sobre o qual assentou a sua filosofia. Pretendia ser uma estratégia global na promoção dos direitos das pessoas com deficiência a partir da perspectiva dos direitos humanos e dar um impulso para o progresso no campo da deficiência (United Nations, n. d.) (d).

No seguimento da experiência adquirida com a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência surge, a 20 de Dezembro de 1993, uma nova estratégia por parte da Assembleia Geral da ONU através do documento *Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência*. Através deste documento são apresentadas disposições consideradas necessárias na área da deficiência, no domínio da educação, emprego, assistência médica, serviços de apoio, planeamento, gestão e avaliação de programas, assim como a cooperação internacional entre os Estados. A partir daqui abre-se caminho para a criação de um sistema de controlo que garanta a execução das normas a que os Estados signatários estavam moral (mas não legalmente) obrigados a cumprir e a implementar dentro das suas legislações internas (Lang, 2009, p. 270-271). Embora não fosse um documento juridicamente vinculativo estas vinte e duas Normas, que resumiam o Programa de Acção Mundial (1982), representavam um compromisso moral e político por parte dos Governos.

A década de 90 seria a época mais significativa na origem das directrizes internacionais destinadas às pessoas com deficiência ou incapacidades, tendo a ONU em conjunto com a União Europeia (UE) convergido esforços para o reconhecimento das suas liberdades e garantias, em estreita colaboração com as agências especializadas, organismos intergovernamentais, organizações não-governamentais, e instituições da sociedade civil ligadas à deficiência.

Contudo, apesar da crescente visibilidade da temática, pessoas com deficiência em todo o mundo continuaram a enfrentar a discriminação e a negação dos seus direitos mais básicos e fundamentais. Em grande parte dos países em desenvolvimento a aplicação das Normas Gerais não foi efectiva, pelo que no fim da década de 1990 houve um impulso crescente, por parte da sociedade civil liderada pelo Movimento Internacional de Deficiência, para a criação de um tratado internacional juridicamente vinculativo, que definisse as obrigações dos Estados em promover e proteger os direitos das pessoas com deficiência (Lang, 2009, p. 271). Assim, tendo em conta os princípios da ONU, a DUDH e as convenções criadas, analisadas igualmente as barreiras sociais existentes, o abuso e a discriminação de que eram alvo, foi criada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Convenção foi negociada entre Dezembro de 2001 e Dezembro de 2006. Em Agosto de 2002 foi convocado um grupo de trabalho, para elaborar o projecto do texto da Convenção. Ao contrário do que sucedeu com anteriores tratados de direitos humanos, a Convenção foi negociada em conjunto por representantes governamentais, de ONG's e das instituições de direitos humanos ligados à deficiência, estabelecendo a génese de uma "democracia participativa" entre a sociedade civil e os poderes políticos nas questões da deficiência,

aumentando o nível de envolvimento e o impacto de todo o processo de negociação (Lang, 2009, pp. 271-273).

De Agosto de 2002 a Agosto de 2006 o Comité realizou um total de oito reuniões na sede da ONU em Nova Iorque. Nos anos seguintes a comissão iria reunir-se para elaborar o projecto do texto da Convenção, com base nos inúmeros projectos de textos apresentados pelos Estados. Seriam também realizadas sessões de leitura para revisão do texto da Convenção e consultas informais sobre projectos de artigos específicos. (Lang, 2009, p. 273).

Em Agosto de 2006, a oitava sessão da comissão terminava as negociações sobre o projecto de texto da Convenção e do seu Protocolo Facultativo e convocava um grupo de redacção para proceder a uma revisão técnica do texto, a fim de assegurar a sua uniformidade e coerência. A versão final da CDPD e do seu Protocolo Facultativo seriam aprovados pela Assembleia Geral da ONU a 13 de Dezembro de 2006 e a 30 de Março de 2007 estes seriam abertos à assinatura na sede da ONU, em Nova Iorque. A CDPD entraria em vigor no dia 8 de Maio de 2008, tendo sido ratificada um mês antes, a 3 de Abril (United Nations, 2008).

Tendo sido até à data subscrita por 127 países, a CDPD foi o primeiro tratado de direitos humanos a ser promulgado no século XXI, assumindo-se como um documento jurídico vinculativo das obrigações da sociedade civil para com as pessoas com deficiência, resultado do consenso por parte da comunidade internacional da necessidade de garantir o respeito efectivo pela sua dignidade. Como instrumento específico de direitos humanos, a CDPD vem especificar e identificar as adaptações sistémicas necessárias para que as pessoas com deficiência possam gozar os seus direitos. Contudo, segundo Lang (2009) a Convenção não cria novos direitos mas *“codifica os já existentes que se aplicam às pessoas com deficiência, nos anteriores tratados de direitos humanos, explicando-os em maior detalhe...traçando de forma mais clara e coerente as obrigações legais existentes que os Estados têm em manter e reforçar os direitos dos deficientes”* (p. 271).

Segundo Arajari (n. d.) a *“CDPD pode ser vista como uma ‘versão adaptada para deficientes’ de outras convenções de direitos humanos, o que significa dizer...que influencia a adaptação e interpretação de outras convenções em matéria de pessoas com deficiência, no sentido em que contém versões adaptadas de quase todos os direitos previstos no PIDCP e no PIDESC para este grupo social”* (pp. 36-38).

A CDPD faz parte de uma série de convenções internacionais que têm como objectivo chamar a atenção para as condições de vida de um determinado grupo de pessoas, tendo em conta a esfera dos direitos. Como instrumento de direitos humanos reafirma o direito a

todas as pessoas com deficiência de usufruírem as liberdades fundamentais, identificando todas as categorias de direitos e as áreas onde a protecção destes direitos precisa ser reforçada (United Nations, b).

Os eixos estruturantes da Convenção baseiam-se nos conceitos de deficiência e multidiscriminação, justiça e exercício de direitos, autonomia e qualidade de vida, acessibilidade e *“design para todos”*, e sistemas de informação. Visa como objectivos estratégicos a promoção dos direitos humanos e o exercício da cidadania; a inclusão do tema da deficiência e dos direitos humanos nas políticas sectoriais dos governos; a acessibilidade; a qualificação, formação e inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a formação e qualificação dos profissionais que prestam serviços às pessoas com deficiência. (CDPD, 2008)

Quanto à sua estrutura, a Convenção começa por definir os princípios universais que estão na base da sua criação, e que definiram o seu conteúdo substantivo, nomeadamente o *“respeito pela dignidade... [e] independência da pessoa”* que reconhece à pessoa com deficiência o direito de fazer as suas próprias escolhas de forma informada. O princípio da *“não-discriminação”* sistemática das pessoas com deficiência com base na sua condição física ou intelectual, a plena *“participação e inclusão na sociedade”* nos vários sectores da vida política, económica, social e cultural através de um ambiente físico e social sem barreiras. *“O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana”*, a *“igualdade de oportunidades”*, a *“acessibilidade”* a nível físico mas também ao nível do acesso à informação, a *“igualdade entre o homem e a mulher”* pela eliminação das diferenças que existem entre os sexos e por último, o *“direito a preservarem as suas identidades”* (Lang, 2009, p. 273-274).

De seguida apresenta as obrigações dos Estados Parte na criação e no reforço das suas leis e políticas, com vista à inclusão das pessoas com deficiência nos seus programas de acção e ao cumprimento dos princípios e normas emanados da Convenção. Nos termos da CDPD, os Estados ficam obrigados a adoptar, modificar ou revogar legislação e a alterar ou adoptar novas práticas regulamentares, políticas e programas com vista à protecção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência (CDPD, Artigo 4º, 2008).

A Convenção delega igualmente à esfera governamental a responsabilidade do *empowerment* dos cidadãos com deficiência através da promoção das suas competências e habilidades, indispensáveis à sua inclusão no mercado de trabalho. Os Estados Partes comprometem-se também a adoptar as medidas de carácter transversal necessárias ao pleno usufruto dos seus direitos, eliminando as barreiras arquitectónicas, facilitando a sua

inclusão, o acesso à informação, aos serviços, aos sistemas de crédito e não permitindo a privação arbitrária dos bens das pessoas com deficiência. Aos governos cabe ainda a responsabilidade de sensibilizar a sociedade para a problemática da deficiência e o seu papel activo na monitorização dos direitos nesta área (CDPD, 2008).

De acordo com o Artigo 33º (2) da CDPD, Aplicação e Monitorização Nacional, "*Os Estados Partes devem...manter, fortalecer, nomear ou estabelecer, a nível interno, uma estrutura que inclua um ou mais mecanismos independentes...com vista a promover, proteger e monitorizar a implementação da...Convenção.*" Já no ponto 3, a Convenção refere que "*a sociedade civil, em particular as pessoas com deficiência e as suas organizações representativas, devem estar envolvidas e participar activamente no processo de monitorização*".

O Comité sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, constituído pela ONU é o órgão encarregado de supervisionar a implementação da Convenção nos países que ratificaram o tratado. Composto por peritos independentes, analisará os progressos verificados a nível nacional da aplicação da Convenção, através de um Sistema de Monitorização Internacional, com base nos relatórios nacionais apresentados pelos Estados Parte que ratificaram a CDPD (INR, 2010).

Apesar dos esforços realizados na área da deficiência e dos direitos humanos, estes não têm impedido a violação sistemática dos direitos mais elementares das pessoas com deficiência, o que reflecte a grande fragilidade do texto da Convenção na promoção das liberdades e garantias deste grupo específico. Segundo Lang (2009) "*the Convention is a necessary but not sufficient instrument for the enforcement of disability rights and should not be perceived as a panacea that will end disability discrimination. Such legislation can and should make such discrimination illegal. However, it is very difficult indeed to implement, for it is extremely difficult to enforce.*" (A Convenção é um instrumento necessário mas não suficiente para a aplicação dos direitos dos deficientes e não deve ser entendida como um panaceia que vai acabar com a discriminação da deficiência. Essa legislação pode e deve tornar essa discriminação ilegal. No entanto é realmente muito difícil de implementar, pois é extremamente difícil de fazer cumprir) (p. 266).

É aqui que os processos de monitorização se podem tornar úteis e necessários actuando ao nível da recolha e análise de informação sobre situações e acontecimentos do dia-a-dia das pessoas com deficiência, medindo os avanços realizados na área da deficiência e dos direitos humanos e tornando essa informação imediatamente disponível para os organismos competentes (DRPI, 2010). Este processo, por sua vez, tornará mais provável que as

medidas adoptadas tenham um maior impacto na vida das pessoas com deficiência e reflectam com maior rigor as condições em que estas vivem.

CAPÍTULO II

Metodologia

O Projecto DRPI

O Projecto Disability Rights Promotion International (DRPI) resultou de um Seminário Internacional sobre direitos humanos e deficiência realizado na Suécia em 2000, que contou com a participação de representantes das principais organizações internacionais da deficiência, peritos em direitos humanos, de representantes da ONU e de activistas em direitos das pessoas com deficiência.

Baseados numa abordagem de direitos humanos, os projectos realizados no âmbito do DRPI pretendem acentuar a igualdade de direitos das pessoas com deficiência e o papel das políticas de não-discriminação, com o objectivo de enfraquecer todas as formas de abuso e marginalização social de que as pessoas com deficiência são alvo.

Através da metodologia desenvolvida pelo DRPI são analisados o estado e a evolução das políticas na promoção e protecção efectiva dos direitos humanos das pessoas com deficiência nos diversos países. Para além de reflectirem a situação das pessoas com deficiência nos diversos domínios analisados, estes estudos fazem um convite à reflexão e análise das políticas de protecção face a este grupo específico. Dos projectos-piloto já realizados contam-se a Bolívia, Quénia, Camarões, Índia, Filipinas, Canadá e Nova Zelândia.

Sediado na Universidade de York, no Canadá, o DRPI conta com projectos estabelecidos em vários países, em todo o mundo, entre os quais Portugal. Implementado a partir de 2010 numa iniciativa conjunta entre a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P, e o Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, o Projecto DRPI-Portugal tem constituído uma iniciativa inédita e pioneira no nosso país (Disability Rights Promotion International [DRPI], Folheto).

O Projecto foi desenvolvido perante o consenso geral da necessidade de criar um sistema global de monitorização da situação específica dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Analisando a forma como as pessoas com deficiência estão a exercer os seus direitos, adopta uma abordagem transversal e holística assente em três áreas centrais: os Sistemas (Informação e Monitorização Sistémica de Leis, Políticas, Programas e Serviços),

as Atitudes Sociais (Informação e Monitorização das Atitudes Sociais e Opinião Pública) e as Experiências Individuais (Informação e Monitorização de Experiências Individuais de Pessoas com Deficiência).

Desta forma os direitos das pessoas com deficiência são analisados segundo várias perspectivas e a informação é cruzada e combinada, oferecendo uma melhor compreensão da situação das pessoas com deficiência em matéria de direitos humanos e da forma como os direitos garantidos na lei se concretizam na sua vida quotidiana (DRPI, 2010).

O Projecto DRPI-Canadá

O Projecto DRPI-Canadá aplicou a metodologia DRPI para realizar uma pesquisa em que apresentou uma visão global acerca dos direitos humanos das pessoas com deficiência nas cidades de Vancouver, Québec, St. John's e Toronto, direccionando o seu foco de atenção para a forma como a discriminação e a exclusão acentuam a dependência, a pobreza, o desemprego, a falta de participação social e outras formas de injustiça social.

Entre outras áreas de análise desenvolvidas, o projecto através de entrevistas lideradas por pessoas com deficiência, recolheu histórias de pessoas com deficiência, que na primeira pessoa relataram as suas experiências quanto aos obstáculos e desafios que estas enfrentam no seu dia-a-dia, nas diferentes cidades do Canadá, explorando a questão da deficiência à luz dos direitos humanos. Desta forma foram denunciados os casos de abuso e maus tratos individuais que ocorrem tanto na sociedade como em ambiente familiar, com vista à sensibilização em torno destas questões e à mudança de atitudes face a esta problemática (DRPI, 2010).

Cada uma das entrevistas foi realizada e gravada depois de obtido o consentimento escrito, livre e informado dos entrevistados (Apêndice A, Guião de Entrevista, Ponto A. Início da Entrevista). O guião de entrevista é composto por perguntas abertas e semiestruturadas de forma a dar às pessoas com deficiência a oportunidade de contarem as suas próprias experiências de situações relacionadas com a negação dos princípios de direitos humanos, ocorridas nos últimos cinco anos. Que desafios e obstáculos enfrentam no seu dia-a-dia, que atitudes tomam diante dessas situações e que medidas consideram que deveriam ser tomadas no futuro para as evitar ou impedir, são questões abordadas durante as entrevistas (Guião de Entrevista, Ponto B. Situações Enfrentadas pelo Entrevistado).

O guião de entrevista foi também estruturado de forma a recolher informação sobre as quatro categorias de direitos humanos: os Direitos Sociais (Direitos que contribuem para a

melhoria do bem-estar e do nível de vida), os Direitos Económicos (Direitos ligados a actividades económicas geradoras de rendimento), os Direitos Culturais (Direitos ligados à protecção, desenvolvimento e gozo da identidade cultural) e os Direitos Civis e Políticos (Direitos que permitem a igualdade no exercício da cidadania) e em relação a cinco princípios gerais de direitos humanos, nomeadamente a Dignidade; Autonomia; Participação, Inclusão e Acessibilidade; Não-Discriminação e Igualdade; Respeito pela Diferença (Guião de Entrevista, Ponto B. Situações Enfrentadas pelo Entrevistado).

De acordo com o relatório elaborado pelo Projecto DRPI o guião foi construído de forma a investigar, aprofundar e explorar o máximo de informação possível sobre cada uma das situações ocorridas, relacionando-as com o exercício dos princípios gerais de direitos humanos enunciados anteriormente. Desta forma foi possível recolher informação acerca da percepção do “*valor inerente de cada pessoa*” (Dignidade), do direito de “*fazer as suas escolhas de maneira independente*” (Autonomia) da forma como a “*sociedade está organizada*” (Participação, Inclusão e Acessibilidade), do “*exercício dos direitos em igualdade de condições*” (Não-Discriminação e Igualdade) e ainda acerca do “*reconhecimento e aceitação das pessoas com deficiência*” (Respeito pela Diferença) (DRPI, 2010, pp.22-24).

No final de cada entrevista procedeu-se ao acompanhamento e à verificação da informação reunida (Guião de Entrevista. Ponto C. Acompanhamento e Verificação da Informação) e à recolha de dados pessoais de cada entrevistado para se obter uma visão mais completa das suas condições de vida (Guião de Entrevista, Ponto D. Informações Gerais). O Ponto E (Guião de Entrevista. Fim da Entrevista e Identificação de outras Pessoas para Entrevistar) encerra a entrevista identificando outros potenciais entrevistados e relembrando ao entrevistado os objectivos do projecto.

As entrevistas realizadas foram analisadas e codificadas segundo diferentes domínios de vida: Privacidade e Vida Familiar; Educação; Trabalho; Participação Social; Informação e Comunicação; Acesso à Justiça; Segurança Económica e Serviços de Apoio; Saúde, Habilitação e Reabilitação. Cada um destes domínios foi analisado de acordo com os cinco princípios de direitos humanos, na sua vertente positiva, de exercício do direito e/ou negativa de negação do direito.

Foram ainda considerados ao nível da codificação das entrevistas, as reacções dos entrevistados às situações de abuso e discriminação de que foram alvo, os motivos pelos quais não denunciaram situações de ofensa aos seus direitos nos diferentes contextos, os factores que consideraram estar na origem da discriminação com base na deficiência e as

suas sugestões para melhoria da condição actual das pessoas com deficiência. A forma como o género, a etnia e a classe social interagem com a deficiência e os seus efeitos nas experiências de discriminação também foram considerados nos projectos DRPI desenvolvidos no Canadá.

O Projecto DRPI-Toronto

Etapas de Análise

O processo de investigação para a elaboração deste trabalho implicou a necessária revisão da literatura sobre os temas da deficiência e dos direitos humanos com a identificação dos principais conceitos, abordagens teóricas e concepções em evolução ao longo do tempo, o que se constituiu fundamental para uma melhor compreensão dos domínios temáticos e entendimento das conjecturas actuais ligadas à noção dos direitos humanos e da deficiência.

O presente estudo concentrou-se na área das Experiências Individuais, que constitui o ponto central dos relatórios holísticos de monitorização, produzidos pelo DRPI. As histórias pessoais mostraram-se indispensáveis para identificar as lacunas que existem ao nível do cumprimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência no terreno, oferecendo ainda um entendimento sobre o impacto das atitudes, preconceitos e estereótipos no exercício destes direitos.

O estudo foi realizado com base em 43 entrevistas, em profundidade, a pessoas com deficiência conduzidas no âmbito do Projecto DRPI-Canadá, na cidade de Toronto. As entrevistas já se encontravam transcritas, inseridas e codificadas no programa de tratamento de dados qualitativos – NVIVO, à data de início deste trabalho, pelo que a nossa intervenção se centrou na análise e interpretação dos resultados obtidos.

Pelo seu conteúdo multidimensional, este estudo analisou a vida das pessoas com deficiência de múltiplos pontos de vista, no âmbito da deficiência e dos direitos humanos, tendo em conta a complexidade da relação existente nestas duas áreas. Procedeu-se a uma análise estatística descritiva por percentagens e valores absolutos relativos a cada um dos princípios de direitos humanos (Dignidade, Autonomia, Participação, Inclusão e Acessibilidade, Não-Discriminação e Igualdade, e Respeito pela Diferença). Procedeu-se a esta análise para os eixos que englobaram a pesquisa, nomeadamente as Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos nas áreas da Privacidade e Vida Familiar; Educação;

Trabalho; Participação Social; Informação e Comunicação; Acesso à Justiça; Rendimento Adequado e Serviços de Apoio e Saúde, Habilitação e Reabilitação.

Foram ainda analisadas as respostas dos entrevistados às situações de violação dos seus direitos, os motivos pelos quais não apresentaram queixa perante situações de discriminação e as suas recomendações e sugestões para situações futuras, seguindo a mesma linha de trabalho dos Projectos DRPI anteriormente desenvolvidos.

Esta etapa da análise dos dados permitiu ter uma ideia dos domínios de vida mais relevantes para as pessoas com deficiência, tendo em conta as suas experiências quotidianas em matéria de direitos humanos e analisar apenas os eixos mais significativos. Tendo em conta que os resultados mais significativos incidiram nas áreas da Participação Social e do Trabalho, o nosso trabalho recaiu sobre estes dois domínios.

O trabalho de análise foi facilitado com o recurso ao programa de análise de dados qualitativos, NVIVO produzido pela QSR INTERNATIONAL, projectado para trabalhar pesquisas qualitativas baseadas em textos, onde os níveis de profundidade da análise dos dados são elevados.

Com o objectivo de melhorar a qualidade da análise dos dados e para uma melhor compreensão da sua envolvente emocional, procedeu-se à integração de citações dos próprios sujeitos inquiridos no decorrer do seu tratamento e de forma holística e indutiva os dados foram analisados permitindo chegar à compreensão dos fenómenos, ao desenvolvimento de conceitos e à formulação de conclusões.

CAPÍTULO III

Contexto Socio-Económico e Demográfico de Toronto

Tendo em conta o trabalho de campo realizado com base nas entrevistas a pessoas com deficiência na cidade de Toronto, considerou-se oportuno fazer uma apresentação dos dados socioeconómicos e demográficos da cidade com o objectivo de dar a conhecer a realidade da deficiência ao nível da habitação, emprego, rendimentos, transportes, educação, cuidados de saúde e recursos sociais e comunitários no Canadá. Os dados a seguir apresentados foram retirados do *Demographic and Socio-Economic Profile of Toronto* (DRPI, 2007, Novembro), documento produzido no âmbito do projecto DRPI-Canada e que reflecte o contexto demográfico e socioeconómico das pessoas com e sem deficiência no Canadá.

Relativamente ao **Perfil Demográfico**, de acordo com a *Statistics Canada*, em 2001, aproximadamente 1,5 milhões de pessoas em Ontário, ou seja 13,5% da população, tinha deficiência. Apesar de não estarem disponíveis dados estatísticos sobre a deficiência relativamente à cidade de Toronto, é possível estimar-se que cerca de 335.000 pessoas que aqui viviam, tinha deficiência (<http://www.statcan.ca>).

Quadro 1. Distribuição Prevista da Deficiência na Cidade de Toronto

Tipo de Deficiência	Valor Absoluto	% de Pessoas com Deficiência	% Total da População
Não Visível	248,149	53%	10%
Auditiva	99,260	21%	4%
Física	37,222	8%	1,5%
Intelectual	34,740	7%	1,4%
Visual	29,778	6%	1,2%
Surdez	14,889	3%	0,6%
Cegueira	4,963	1%	0,2%

Fonte: Statistics Canada, <http://www.statcan.ca>

Relativamente à Idade, de acordo com os censos de 2006 realizados pelo *Statistics Canada*, a idade mediana da população de Toronto é de 37,5 anos (<http://www.statcan.ca>) e de acordo com o “*Disability in Canada: a 2001 Profile, Participation and Activity Limitation Survey – PALS*” (Deficiência no Canadá: perfil de 2001, Participação e Limitação das

Actividades), os idosos foram o grupo que apresentaram uma maior taxa de incapacidade. Estima-se que em Toronto as pessoas entre os 25 e os 54 anos sejam as mais numerosas no grupo das pessoas com deficiência, representando 188,310 do total destas pessoas. A faixa etária dos 75 e mais anos é a segunda mais representativa na estimativa das pessoas com deficiência na cidade, com um total de 125,264 pessoas.

Quadro 2. Estimativas Projectadas da Deficiência em Toronto por Faixas Etárias

Faixa Etária	Valor Absoluto
0-4 Anos	4,090
5-14 Anos	24,143
15-24 Anos	23,569
25-54 Anos	188,310
55-64 Anos	95,321
65-74 Anos	101,309
75+ Anos	125,264

Fonte: "Deficiência no Canadá: Perfil de 2001", *Pesquisa sobre a Participação e Limitação da Actividade*

Relativamente ao **Perfil Socioeconómico**, e de acordo com o *Toronto Report Card on Housing and Homelessness, 2003* (Boletim de Toronto sobre Habitação e Sem-Abrigo, 2003) que se encontra na página oficial da cidade de Toronto (<http://www.toronto.ca>) existiam, no ano de 2003, 552,000 agregados familiares cujos rendimentos estavam abaixo do limiar da pobreza. Em relação à procura de Habitação, as pessoas com deficiência estão entre as que padecem maiores dificuldades nesta área. O factor económico apresenta-se como a principal razão que impede as pessoas com deficiência de encontrar e manter a sua casa, na medida em que as casas adaptadas a pessoas com deficiência tendem a ser ainda mais caras, em comparação com as que não possuem adaptações específicas.

Quanto ao Rendimento, de acordo com a *Statistics Canada*, em 2006, o ganho médio semanal de uma pessoa com deficiência no Canadá era de 696,36 dólares ao passo que o ganho de uma pessoa sem deficiência era de 747,08 dólares (<http://www.statcan.ca>), o que de alguma forma ajuda a explicar o facto de 37% das pessoas com deficiência, em Toronto, viverem abaixo do limiar mínimo da pobreza. Apesar de existirem programas cuja finalidade é auxiliar financeiramente as pessoas com deficiência na aquisição das ajudas técnicas, a morosidade e complexidade dos processos de candidatura impedem muitas pessoas com deficiência de usufruírem destes apoios.

Ao nível do Emprego de acordo com a *Statistic Canada*, 46,1% das mulheres com deficiência da cidade de Ontario não trabalharam durante o ano de 2000 enquanto que a percentagem das mulheres sem deficiência que não trabalharam, no mesmo período e na mesma cidade, foi de apenas 20,6%. Igualmente 11,5% dos homens sem deficiência não trabalharam nesse ano, ao passo que 35,3% dos que tinham deficiências não exerceram actividade profissional nesta cidade de Ontario, em igual período. Para prestar assistência no emprego aos mais carenciados é disponibilizado um programa de apoio intitulado “*Ontario Works Program*” (<http://www.mcass.gov.on.ca>) que presta serviços ao nível da procura de emprego, e existe ainda um fundo de assistência especificamente para pessoas com deficiência, contudo apesar destes apoios os candidatos enfrentam grandes obstáculos ao emprego.

No âmbito dos Transportes, existem vários serviços de transporte público disponíveis em Toronto para pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente para pessoas que usam dispositivos de mobilidade ou que estejam acompanhados de cães-guia ou por assistentes, estando autorizados a viajar gratuitamente ao longo dos percursos. A *Toronto Transit Commission – TTC* (Comissão de Trânsito de Toronto) dispõe de uma larga rede de transportes públicos que possuem lugares específicos para pessoas com deficiência devidamente assinalados por meio de símbolos internacionais. Além disso possui um sistema de transporte porta-a-porta sete dias por semana, sem custos acrescidos para os seus utilizadores.

Relativamente à Educação, a partir do ano de 2007-2008 que existem em Toronto escolas formadas com programas para auxiliar pessoas com diversos tipos de deficiência, nomeadamente problemas relacionados com autismo, deficiências físicas, visuais e outras, sendo que a grande maioria dispõe de programas de aprendizagem e de projectos de desenvolvimento ao nível da deficiência e dos problemas comportamentais (<http://www.tdsb.on.ca>).

Ao nível dos Cuidados de Saúde a cidade de Toronto dispõe de pelo menos 20 hospitais especializados na área da deficiência, que oferecem assistência e acomodações específicas para pessoas com perturbações mentais e físicas. Possui ainda institutos de pesquisa ao nível da biologia celular, saúde mental, neurociências e clínicas de reabilitação. Para além destas entidades, existem ainda serviços domiciliares de cuidados, para pessoas com deficiência que pretendem ser independentes no seu dia-a-dia, sendo este apoio desenvolvido ao nível das tarefas básicas do quotidiano e da assistência médica.

Quanto ao ***Perfil da Comunidade ao Nível da Deficiência***, Toronto dispõe de organizações sem fins lucrativos que desenvolvem programas de apoio médico, financeiro, social, emocional, educacional e habitacional a pessoas com deficiência independentemente do seu tipo de incapacidade. Estas organizações, muitas das quais não-governamentais, proporcionam emprego significativo e cultivam a auto-estima das pessoas com incapacidades, elevam a consciência social ao nível das questões da deficiência, promovem a saúde através da prestação de cuidados primários de saúde, podologia, avaliações medicamentosas, orientações para uma vida independente e prestam serviços de advocacia e de desenvolvimento comunitário. Proporcionam ainda aconselhamento sobre saúde mental, participam em actividades de recreação e inclusão comunitária e prestam serviços financeiros e bancários, de formação profissional, apoio na compra de medicamentos, vestuário, alimentação e outras necessidades para as pessoas com deficiência, que são igualmente providenciadas por meio destas organizações sem fins lucrativos e dos organismos estatais para a comunidade com deficiência no Canadá.

CAPÍTULO IV

Caracterização da Amostra

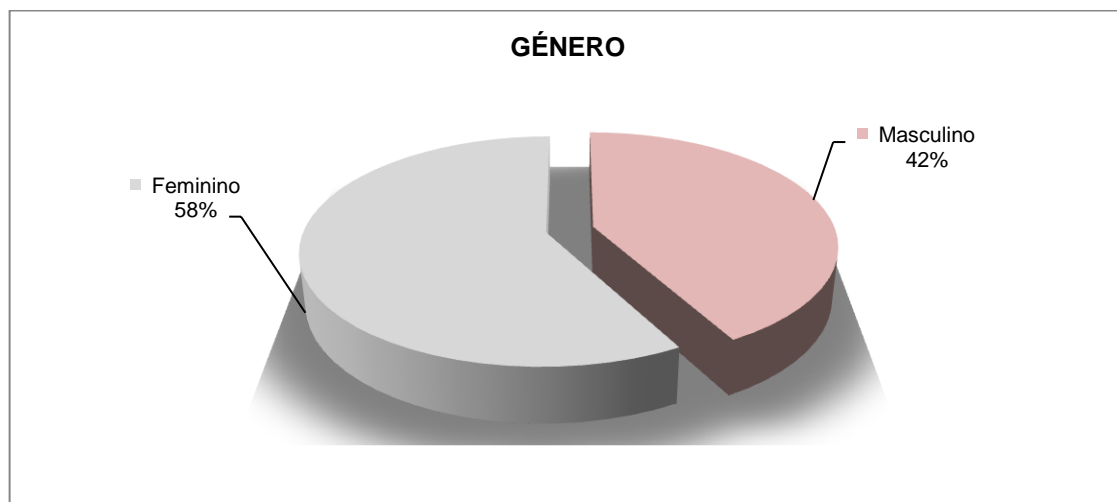
Quadro 3. Caracterização dos Participantes quanto à Idade

Atributos	Total de Casos	%
Não Atribuído	8	19%
Não Aplicável	0	0%
18 – 25 Anos	2	5%
26 – 40 Anos	7	16%
41 – 55 Anos	20	46%
56 - 70 Anos	6	14%
Total	43	100%

Fonte: Disability Rights Promotion International (2011)

Pela análise do gráfico acima, verificamos que a maioria das pessoas com deficiência entrevistadas no estudo situam-se na faixa etária dos 41 aos 55 anos de idade, com um total de 46% representando quase metade da população inquirida, enquanto apenas 5% têm idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

Gráfico 1. Caracterização dos Participantes quanto ao Género



Fonte: Disability Rights Promotion International (2011)

Quanto ao género, não existindo uma diferença significativa entre os elementos femininos (58%) e masculinos (42%) que participaram no estudo, convém destacar a participação maioritária da população feminina na pesquisa realizada, o que poderá influenciar de alguma forma algumas abordagens e considerações futuras com base no género.

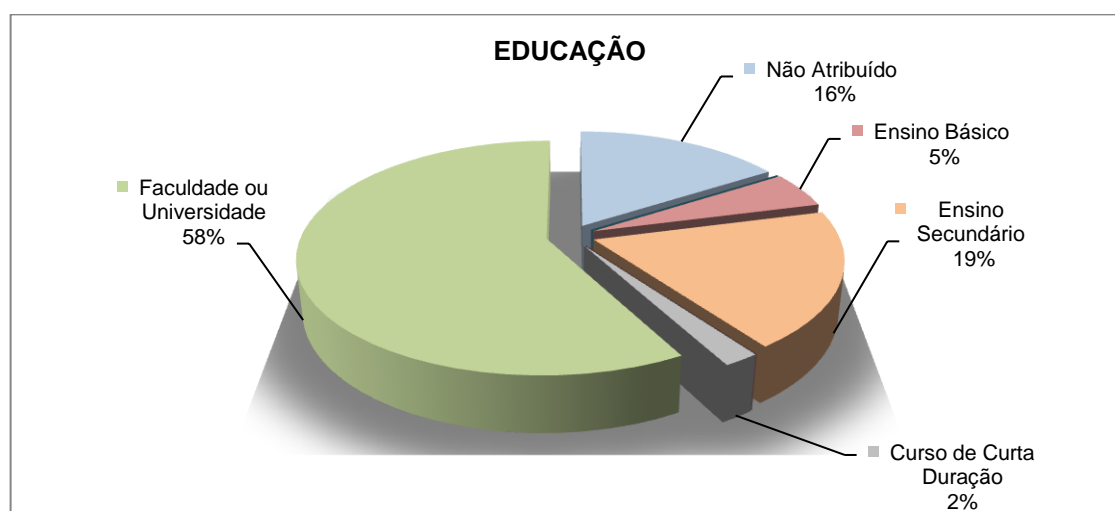
Quadro 4. Caracterização dos Participantes quanto ao Tipo de Deficiência

Atributos	Total de Casos	%
Não Atribuído	4	9%
Não Aplicável	0	0%
Física	21	49%
Visual	3	7%
Auditiva	2	5%
Intelectual	1	2%
Psiquiátrica	0	0%
Outra	12	28%
Total	43	100%

Fonte: Disability Rights Promotion International (2011)

Relativamente ao tipo de deficiência dos inquiridos, a grande percentagem (49%), ou quase metade da população, apresenta deficiência física, que segundo alguns autores é o tipo de deficiência mais comum. Os deficientes visuais que participaram do estudo constituíram apenas 7% da amostra, seguidos dos deficientes auditivos que representam 5% das pessoas com deficiência entrevistadas.

Gráfico 2. Caracterização dos Participantes quanto ao Grau de Escolaridade



Fonte: Disability Rights Promotion International (2011)

Quanto ao nível de educação, mais de metade dos entrevistados cursou o ensino superior (58%) em universidades ou Institutos Politécnicos, 19 % frequentou o ensino secundário e apenas 2% frequentaram cursos certificados de curta duração, o que retrata o nível superior de instrução das pessoas com deficiência que participaram deste estudo.

A partir desta análise podemos concluir que os participantes do estudo são maioritariamente pessoas com deficiências físicas, do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 41

e os 55 anos de idade, possuindo formação escolar universitária. Em comparação com os dados da Caracterização Socio-Económica e Demográfica de Toronto, constata-se que a maioria das pessoas com deficiência nesta cidade são pessoas cujas idades se situam entre os 25 e os 54 anos. Neste caso, o facto da amostra do nosso estudo também ter uma maioria de participantes nesta faixa etária aproxima-a da realidade.

Análise Descritiva

Como anteriormente referido, com vista a uma melhor compreensão da situação actual relativa ao exercício dos direitos humanos pelas pessoas com deficiência e das implicações na sua vida quotidiana, procedemos a uma análise de diferentes aspectos do dia-a-dia de pessoas com deficiência residentes na cidade de Toronto, em oito domínios-chave, nomeadamente a Privacidade e Vida Familiar; Educação; Trabalho; Participação Social; Informação e Comunicação; Acesso à Justiça; Rendimento Adequado e Serviços de Apoio e no domínio da Saúde, Habilitação e Reabilitação.

Cada um destes domínios foi analisado de acordo com os cinco princípios de direitos humanos considerados eixos estruturantes deste projecto e que fazem parte dos princípios gerais de direitos humanos encontrados no Artigo 3º da CRDP e em outros tratados das Nações Unidas: Dignidade; Autonomia; Participação, Inclusão e Acessibilidade; Não-Discriminação e Igualdade, e Respeito pela Diferença. Constituem-se como princípios fundamentais para o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, pelo que a análise descritiva que se segue, foi feita tendo em conta os domínios mais relevantes resultantes da nossa análise e em função destes cinco princípios orientadores.

Quadro 5. Acesso e Negação dos Princípios dos Direitos Humanos

Princípios	Princípio dos Direitos Humanos	Valor Absoluto	% (1)
Dignidade	Dignidade	23	53%
	Indignidade	40	93%
Autonomia	Auto-determinação	28	65%
	Dependência	37	86%
Participação, Inclusão e Acessibilidade	Inclusão e Acessibilidade	32	74%
	Exclusão e Inacessibilidade	42	98%
Não Discriminação e Igualdade	Não Discriminação e Igualdade	14	33%
	Discriminação e Desigualdade	41	95%
Respeito pela Diferença	Respeito	20	47%
	Desrespeito	39	91%

(1) Valor calculado com base no nº total de entrevistas (43)

Ao nível dos princípios de direitos humanos analisados e de acordo com os resultados obtidos verificamos que em todos os Domínios de Vida as experiências negativas tiveram maior incidência do que as histórias positivas, o que denota a grande fragilidade que continua a existir ao nível do acesso e exercício dos direitos das pessoas com deficiência nas diferentes áreas da sua vida.

Os eixos da Exclusão e Inaccessibilidade (42) e da Discriminação e Desigualdade (41) foram os que apresentaram os valores mais elevados. Verifica-se ainda uma aproximação entre o número de experiências negativas relatadas em todos os princípios, o que poderá estar relacionado com a indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os princípios de direitos humanos analisados, o que torna o exercício pleno de determinados direitos, dependente da necessária realização de outros.

Quadro 6. Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos por Domínio de Vida

Domínios	Valor Absoluto	% (1)
Privacidade e Vida Familiar	29	5%
Educação	36	6%
Trabalho	107	18%
Participação Social	210	36%
Informação e Comunicação	21	4%
Acesso à Justiça	17	3%
Rendimento Adequado e Serviços de Apoio	95	16%
Saúde, Habilitação e Reabilitação	68	12%

(1) Valor calculado com base no total das experiências relatadas em todos os domínios (583)

Quanto ao conjunto dos domínios de vida analisados os domínios da Participação Social e do Trabalho foram os que mais se destacaram pela frequência de experiências de vida na óptica dos direitos humanos, entre as pessoas com deficiência alvo do estudo, alcançando os valores mais elevados, pelo que a nossa análise irá debruçar-se apenas sobre estas duas áreas.

Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos no Domínio da Participação Social

As experiências relacionadas com a participação social incluem as actividades ligadas à vida cultural e política, ao desporto e às actividades de recreação e lazer.

Quadro 7. Experiências de Vida por Princípio de Direitos Humanos no Domínio da Participação Social

Princípios		Valor Absoluto	% (1)
Dignidade	Dignidade	16	37%
	Indignidade	29	67%
Autonomia	Auto-determinação	20	47%
	Dependência	23	53%
Participação, Inclusão e Acessibilidade	Inclusão e Acessibilidade	19	44%
	Exclusão e Inacessibilidade	29	67%
Não Discriminação e Igualdade	Não Discriminação e Igualdade	7	16%
	Discriminação e Desigualdade	29	67%
Respeito pela Diferença	Respeito	9	21%
	Desrespeito	29	67%

(1) Valor calculado com base no nº total de entrevistas (43)

No domínio da Participação Social são mencionadas experiências negativas relacionadas com sentimentos de Indignidade; Exclusão e Inacessibilidade; Discriminação e Desigualdade e Desrespeito pela Diferença. Sentimentos de desvalorização das suas experiências e receio de expressar as suas próprias opiniões na vida social, cultural e em actividades de recreação e lazer são mencionados por 29 dos 43 entrevistados, que se sentem desprezados e desconsiderados no seu dia-a-dia (Indignidade).

O relato a seguir apresentado retracts uma situação do dia-a-dia de uma pessoa com deficiência, e descreve a forma indigna e desrespeitosa como esta foi abordada depois de intervir directamente numa situação em defesa de uma pessoa com deficiência, no contexto da participação na sociedade em que vive:

“Terrível (...) eu deixei o restaurante (...) era só gritos e o comportamento dele foi repugnante, a maneira como ele falou para ela e para mim (...) Foi uma sensação horrível (...) e comecei a chorar e chorei todo o caminho. Apetece-me chorar só de pensar. Foi terrível, não posso acreditar que os seres humanos se tratem desta forma” (Entrevista 9 – 27/03/2008).

Ao nível da Exclusão e Inacessibilidade são comuns experiências de isolamento com base na deficiência e falta de apoio às próprias necessidades (29), nomeadamente pela falta de acessibilidade, que se constitui como um obstáculo a uma vida independente na participação social e nas actividades de recreação e lazer.

A questão da acessibilidade nos transportes apresenta-se como uma questão fulcral para as pessoas com deficiência, visto que a maior parte delas depende deste meio para se deslocar para o emprego ou para outras actividades. Como o relato a seguir demonstra, a inflexibilidade nos horários e os atrasos constantes nos transportes para pessoas com deficiência são condicionantes à participação social e a um estilo de vida favorável a estas:

“Durante este inverno, este inverno foi um inverno terrível por causa do clima, por três vezes tive de cancelar os meus planos porque o transporte não funcionou. E quando se trabalha como eu trabalho (...) é porque se tem uma família para cuidar, e porque há outras coisas que se quer fazer, sejam sonhos ou aspirações, como ter uma casa, ou ir ao cinema ou ir de férias, esse tipo de coisas que eu sinto que não tenho possibilidade de fazer por causa dos problemas de transporte” (Entrevista 3 – 13/03/2008).

Da mesma forma, a inacessibilidade do ambiente físico manifesta na falta de acesso aos edifícios e serviços da comunidade, constitui-se como um verdadeiro obstáculo para as pessoas com deficiência, contribuindo para a sua exclusão social. Quando questionada sobre quais as principais barreiras ou desafios que enfrenta no seu dia-a-dia, uma participante comentou:

“[O principal obstáculo] são as barreiras arquitectónicas...e os transportes...as escadas, enfim o meio edificado, e claro, as atitudes sociais” (Entrevista 4 – 16/03/2008).

Situações de Discriminação e Desigualdade, com base na deficiência, ao nível da participação na vida social e cultural também foram relatadas por mais de metade das pessoas com deficiência entrevistadas (29), que vivenciaram situações de distinção ou restrição com base na sua deficiência, impedindo o reconhecimento real, o gozo e o exercício pleno dos direitos básicos em igualdade de circunstâncias com os outros.

Não raras vezes, as pessoas com deficiência são sujeitas a situações e comportamentos díspares que reforçam o sentimento de discriminação e desigualdade com que são tratadas. Em serviços de lazer, como restaurantes, cinemas ou em viagem, estes cidadãos são

encarados de forma negativa, distinguidos pelas suas deficiências e colocados à margem da sociedade. Como um entrevistado relatava:

“Fui impedido de entrar num restaurante simplesmente por estar numa cadeira de rodas...consideraram-me um factor de risco em caso de incêndio” (Entrevista 11 – 08/04/2008).

Aliado às barreiras atitudinais que encontram no seu dia-a-dia, os cidadãos com deficiência deparam-se ainda com as crenças enraizadas de uma sociedade que desconhece a deficiência e de como lidar com ela, formulando juízos de valor e estereótipos acerca das suas capacidades e do seu potencial. O relato a seguir demonstra a forma como as pessoas com deficiência se sentem no seu trato quotidiano com pessoas sem deficiência:

“Bom, a minha deficiência é bastante óbvia e por isso as pessoas rapidamente se apercebem disso e imediatamente fazem um julgamento sobre a minha pessoa, baseado apenas na aparência. Sou claramente tratado como pertencendo a um certo grupo, a uma certa categoria de pessoas” (Entrevista DBT15 – 28/08/2008).

Relativamente ao princípio do Respeito pela Diferença, os resultados (29) demonstram que as pessoas com deficiência sentem-se desrespeitadas e rotuladas pela sua condição física nas actividades sociais, culturais, de recreação e lazer, não tendo as suas necessidades relacionadas com a deficiência devidamente atendidas.

Situações de desrespeito tendem a ocorrer nos mais variados contextos. O relato apresentado a seguir demonstra como um condutor profissional colocou em risco a integridade física de um transeunte com deficiência. Apesar destas situações ocorrerem igualmente com pessoas sem deficiência, tendo em conta que a mobilidade dos que têm deficiência é menor, o cuidado deveria ser redobrado, o que efectivamente não acontece sendo um exemplo de como estes cidadãos são desvalorizados e desrespeitados quando circulam no exterior. O entrevistado relatava:

Muitas vezes chamam-me nomes, chamam-me aleijado, esse é o mais frequente, ou deficiente. (...) Não têm respeito pelas pessoas que andam em cadeira de rodas. Metem-se à nossa frente, quase nos atropelam, tanto as pessoas que andam nos passeios como as que conduzem. Uma vez estive a milímetros de ser atingido. Tinha prioridade mas o condutor do táxi decidiu fazer a curva em velocidade. Felizmente tinha travões, senão teria sido esmagado” (Entrevista DTA10 – 02/05/2008).

Experiências de Vida na Óptica dos Direitos Humanos no Domínio do Trabalho

Relativamente ao domínio do trabalho foram consideradas as experiências de vida que tiveram lugar no trabalho e/ou no acesso ao mercado de trabalho.

Quadro 8. Experiências de Vida por Princípio de Direitos Humanos no Domínio do Trabalho

Princípios		Valor Absoluto	% (1)
Dignidade	Dignidade	11	26%
	Indignidade	12	28%
Autonomia	Auto-determinação	4	9%
	Dependência	11	26%
Participação, Inclusão e Acessibilidade	Inclusão e Acessibilidade	15	35%
	Exclusão e Inacessibilidade	17	40%
Não Discriminação e Igualdade	Não Discriminação e Igualdade	4	9%
	Discriminação e Desigualdade	20	47%
Respeito pela Diferença	Respeito	5	12%
	Desrespeito	8	19%

(1) Valor calculado com base no nº total de entrevistas (43)

No domínio do Trabalho e de acordo com os resultados obtidos, verificamos que as experiências relatadas se reportam na sua maioria a episódios de Discriminação e Desigualdade com quase metade dos inquiridos (20) a experienciar restrições ou distinções com base na sua deficiência que lhes negaram o reconhecimento real, o gozo e o exercício dos seus direitos humanos e das suas liberdades básicas, numa base de igualdade perante os outros, no trabalho ou no acesso ao mercado de trabalho.

O relato a seguir descreve o tratamento discriminatório e desigual que muitas pessoas com deficiência sofrem no local de trabalho por parte de colegas ou da entidade empregadora, sendo ignoradas e colocadas à margem das relações laborais, estando igualmente sujeitas a salários mais baixos pelo mesmo trabalho:

“Veio então um novo chefe e ele não era capaz de se relacionar comigo. Sentia-se muito desconfortável junto de mim. O nosso departamento era pequeno, éramos apenas três pessoas, e o outro colega também tinha chegado há pouco tempo quando o novo chefe entrou, mas os dois davam-se bem. No entanto comigo ele não era capaz de se relacionar, punha-me de lado e ignorava-me a maior parte do tempo. (...) E a forma como percebi isso foi que, ao longo dos anos, toda a gente tinha um aumento de 2 ou 3% ao ano e eu tinha apenas 0,5% ou 1% ou mesmo zero!”
(Entrevista 10 – 04/04/2008)

Impossibilidade de progresso na carreira e de expansão dos conhecimentos adquiridos são algumas das situações experienciadas pelos entrevistados. Uma outra entrevistada desabafava:

“Temos de trabalhar dez vezes mais do que as outras pessoas só para sermos tratados como profissionais em muitas situações. Isto é comum a muitas pessoas com deficiência – temos que trabalhar muito para que as pessoas nos levem a sério como profissionais, e isso coloca sobre nós uma grande pressão. (...) E eu posso dizer que isso aconteceu comigo – embora realmente gostasse do meu trabalho, cheguei a um ponto em que me senti cansada, porque nunca tive oportunidades para progredir” (Entrevista 14 – 15/06/2008).

Por sua vez, as experiências de Exclusão e Inacessibilidade também se destacaram com um total de 17 entrevistados a relatarem situações de segregação e isolamento com base na sua deficiência e falta de apoio às suas necessidades, incluindo a falta de acessibilidade no trabalho ou no acesso ao mercado de trabalho.

As barreiras no acesso ao mercado de trabalho são comuns para as pessoas com deficiência. O próximo relato demonstra como estas são excluídas das oportunidades de trabalho logo nos estágios iniciais da entrevista de emprego. Uma entrevistada comentava:

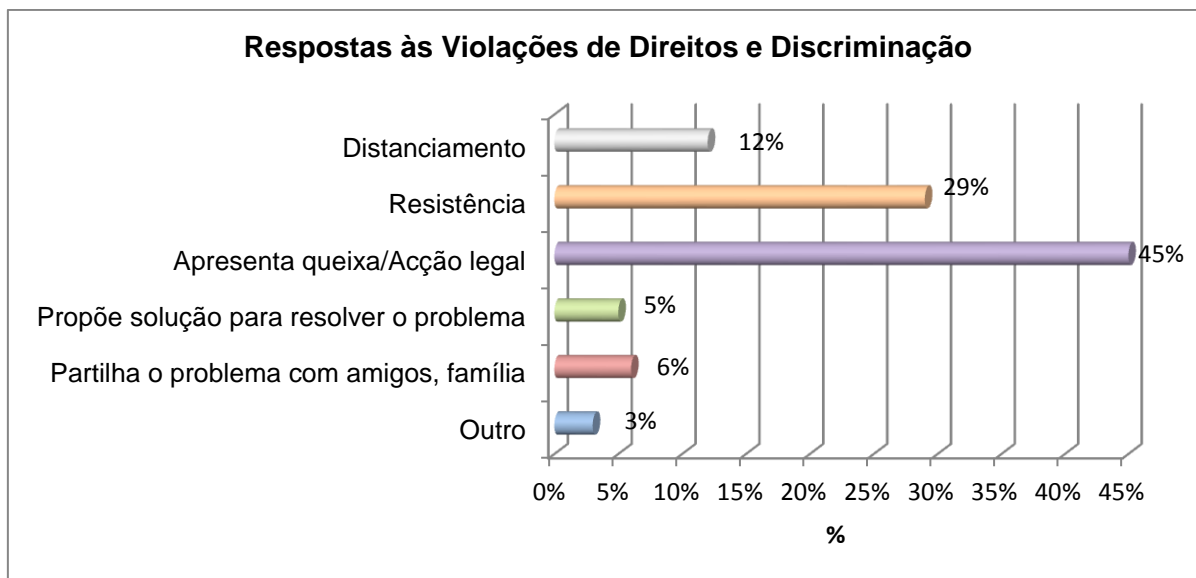
“Acho que a maior barreira é a das atitudes. Eu tenho competências profissionais mas quando concorro para empregos fora da comunidade da deficiência, se me chamam para uma entrevista depois arranjam uma desculpa para não me seleccionar para o emprego” (Entrevista DTA14 – 13/08/2008).

No entanto na vertente positiva da Inclusão e Acessibilidade, 15 inquiridos sentiram-se reconhecidos como participantes do ambiente social e físico sem barreiras, tendo uma participação plena e real no mercado de trabalho. Uma entrevistada que regressava ao trabalho depois de um internamento hospitalar relatou como experienciou a sua integração em meio laboral. Ela relatava:

“Quando regressei ao trabalho senti-me muito feliz porque os meus colegas perguntavam-me ‘Como estás?’ ‘Estou bem’ ‘Ótimo, vem trabalhar’, ou seja, não me trataram de forma diferente” (Entrevista DTB8 – 16/08/2008).

Foram ainda analisadas as reacções dos inquiridos às violações dos seus direitos e às diferentes situações de discriminação a que estiveram sujeitos tendo sido considerado, para efeitos do tratamento estatístico dos dados, o número total de experiências relatadas.

Gráfico 3. Situações de Violação dos Direitos e Discriminação por Tipo de Resposta



Valores calculado com base no nº total de respostas dadas (66)

Do total de 66 experiências relatadas 30 são relativas a situações em que os entrevistados optaram por denunciar a situação apresentando Queixa ou iniciando uma Acção Legal face à experiência de abuso e discriminação dos seus direitos.

No relato anteriormente enunciado, relativo à violação do princípio do respeito pela diferença, que envolveu um condutor profissional, o nosso entrevistado optou por denunciar a situação à empresa respectiva, contactando a linha de atendimento a clientes e falando com o supervisor. O entrevistado contava:

“Sim, eu relatei à empresa de táxis e hum, aparentemente o taxista foi suspenso, mas não foi despedido” (Entrevista DTA10 – 02/05/2008)

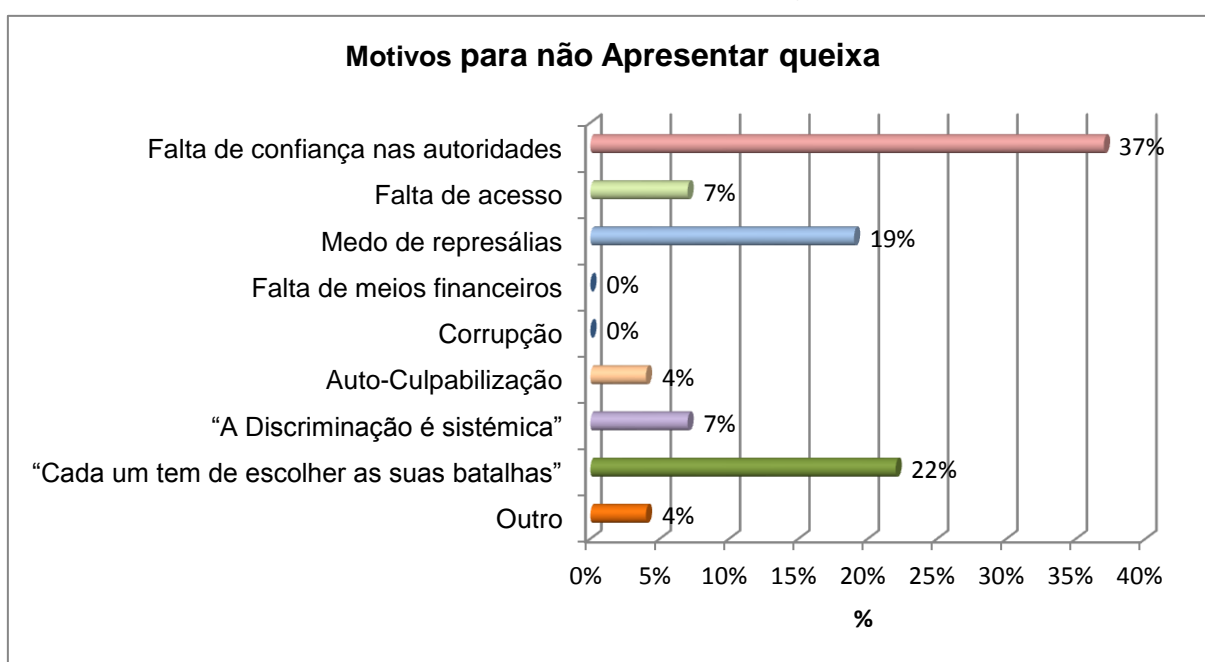
Outra das reacções dos indivíduos perante situações de violação dos seus direitos foi a de Resistência. São narradas 19 experiências em que os entrevistados optaram por voltar aos contextos em que experienciaram abuso e discriminação, enfrentando-os e procurando alterá-los.

A resistência tem sido uma das mais fortes formas de luta das pessoas com deficiência. Narrada por uma pessoa com HIV e uma deficiência psicossocial, este relato descreve como o entrevistado tem vindo a intervir na sociedade, com vista a alterar comportamentos e a promover a divulgação do seu problema específico de saúde:

“Nos últimos anos tenho ido à esquadra para lhes fazer saber como tratar melhor as pessoas na minha situação e ensinar-lhes um pouco sobre a doença (...) e sobre os riscos e tudo isso, para que eles se sintam mais à vontade a lidar connosco” (Entrevista19 – 20/06/2008).

Para completar o presente estudo foram ainda analisados os motivos pelos quais os indivíduos não denunciaram as situações ou os contextos em que experienciaram a discriminação e a negação do exercício dos seus direitos.

Gráfico 4. Motivos para não Apresentar Queixa ou Iniciar Acção Legal



Valor calculado com base no nº total de respostas dadas (27)

Em resposta à questão ‘Porque não apresentou queixa?’, constata-se que o motivo mais relevante pelo qual os entrevistados não denunciaram situações de discriminação e de violação dos seus direitos prendeu-se com a Falta de Confiança nas Autoridades, com 10 respostas dadas num total de 27. Estes entrevistados estão convencidos de que a denúncia ou a acção legal não teria tido consequências significativas no sentido de mudar algo nos contextos discriminatórios, pelo facto de não confiarem nas autoridades para a resolução destas situações.

Uma entrevistada impedida de aceder a um estacionamento público porque a máquina dos *tickets* não era acessível, depois de se aconselhar com uma entidade de apoio jurídico

concluiu que dificilmente iria conseguir resolver a situação através das instâncias legais. A entrevistada comentou:

“Eu deveria ter o direito de estacionar lá, mas não consigo tirar o ticket porque não posso aceder à máquina para colocar o dinheiro (...). Perguntei a uma associação de apoio jurídico... E eles foram extremamente simpáticos, mas disseram: ‘Infelizmente não há nada na lei que obrigue os parques a serem acessíveis’... Não sei porque iria mais longe se a lei não estava do meu lado” (Entrevista DTB09 – 19/08/2008)

Foram ainda relatadas seis situações em que os inquiridos acharam que a luta pelo reconhecimento e exercício dos seus direitos em determinada ocasião não iria valer a pena, pelo que não denunciaram a situação ocorrida sob o fundamento de que ‘Cada um tem de escolher as suas batalhas’.

O entrevistado a seguir apresentado optou por desvalorizar uma experiência que teve lugar numa actividade de lazer, na qual lhe foram solicitados os seus dados pessoais a fim de que o seu acompanhante pudesse ajudá-lo a participar dessa actividade auferindo de um desconto, visto não conseguir realizá-la sem ajuda. O entrevistado comentou o seguinte sobre o facto de ter optado por não denunciar a situação:

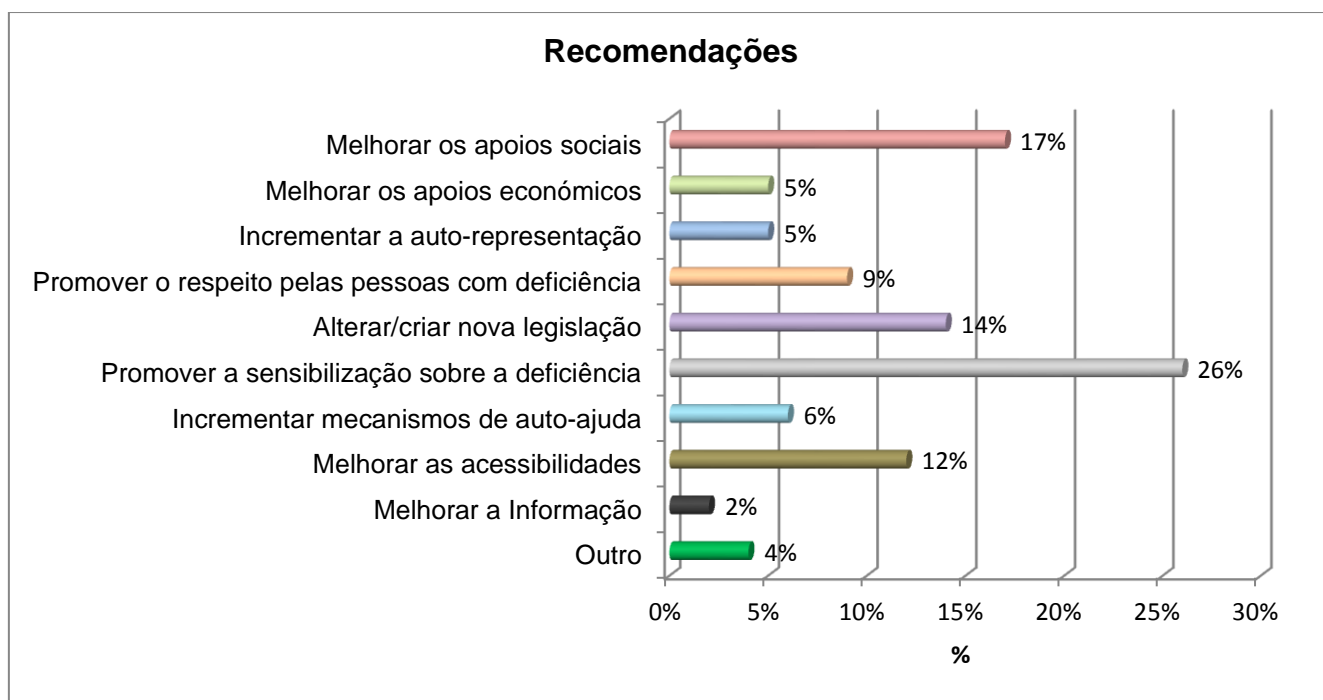
“Dessa vez não apresentei queixa. Há muitas batalhas a travar todos os dias e depois...eu escrevo cerca de doze cartas por ano, mas há batalhas mais importantes e não podemos travá-las todas...” (Entrevista11 – 08/04/2008).

O Medo de Represálias e as suas possíveis consequências condicionaram igualmente os entrevistados a não denunciarem a situação ou o contexto de discriminação (5). Um entrevistado comentou:

“Bem, [não apresentei queixa] porque por vezes a queixa gera mais problemas do que compensa” (Entrevista DTB14 – 26/08/2008)

A seguir é apresentado o quadro com as recomendações, sugeridas pelas pessoas com deficiência entrevistadas no presente estudo, no sentido de melhorar a sua situação nos diferentes domínios da sua vida e acabar com as situações de discriminação de que são alvo.

Gráfico 5. Sugestões para a Melhoria da Situação das Pessoas com Deficiência



Valor calculado com base no nº total de respostas dadas (81)

De acordo com os resultados obtidos a sensibilização sobre a temática da deficiência junto das pessoas surge como sendo o aspecto mais importante para as pessoas com deficiência (21). Criar consciência social e educar a sociedade sobre a deficiência e sobre como lidar com pessoas com deficiência é a sugestão mais premente entre os entrevistados:

“Educar as pessoas sobre a deficiência é importante e também dar visibilidade à deficiência. As pessoas têm de perceber que temos potencial como toda a gente, e se precisamos de alguma assistência ou de uma ajuda técnica para realizar o trabalho, isso não significa que não sejamos tão capazes como os outros (Entrevista13 – 12/06/2008)

Os apoios governamentais para a melhoria das condições de vida e dos rendimentos das pessoas com deficiência e das suas famílias, mostraram-se igualmente relevantes com 14 recomendações direccionadas à Melhoria dos Apoios Sociais e da situação actual das pessoas com deficiência.

Conclusão

Da análise realizada às Experiências de vida na Óptica dos Direitos Humanos a 43 pessoas com deficiência na cidade de Toronto, constatou-se a prevalência de experiências negativas de discriminação em detrimento de experiências positivas de exercício dos direitos humanos. O domínio da Participação Social seguido do Trabalho foram as principais áreas em que as pessoas com deficiência viveram experiências relacionadas com os princípios de direitos humanos, com predomínio de referências a casos de abuso e discriminação.

A Participação Social aparece como o domínio em que as pessoas com deficiência são mais discriminadas, condicionando a sua participação nesta área. Sentimentos de frustração, desvalorização pessoal, despersonalização e tratamento degradante e humilhante (o que constitui uma violação ao Art.º 3 [a], da CDPD) estão entre as situações relatadas pelos entrevistados. A Participação Social revelou-se um domínio complexo devido às barreiras físicas e à falta de acessibilidade nos transportes públicos e nos edifícios (negando o Art.º 3 [f] e o Art.º 9 da CDPD) ou em locais destinados a actividades de recreação e lazer (contrariando o Art.º 30 [1c], CDPD), devido à falta de adaptações razoáveis e acomodações do próprio ambiente físico, impossibilitando a participação plena e o gozo do direito à participação na sociedade (conforme o Art.º 5 [3], CDPD).

As barreiras atitudinais mostraram-se igualmente um factor de discriminação e desigualdade para com os cidadãos com deficiência. O tratamento desigual, baseado em estereótipos e preconceitos, reflexo da construção cultural e das crenças enraizadas para com as pessoas com deficiência (em violação do Art.º 8 [b], da CDPD) foram vivenciados pelos entrevistados, contribuindo para o seu isolamento e segregação e conferindo-lhes um sentimento de não-pertença à sociedade que os rodeia.

Relatos de experiências de categorização como cidadãos de segunda classe e comportamentos paternalistas foram igualmente mencionados nas experiências de desrespeito pela diferença na área da participação social (...Art.º 3 [d], CDPD). Os entrevistados relataram a falta de sensibilidade da sociedade para lidar com a diferença (...Art.º 8 [1a], CDPD), o fraco tratamento de que são alvo nas diversas situações do dia-a-dia, nomeadamente nos meios de transporte, assim como o aproveitamento indevido dos demais, do seu estado de vulnerabilidade para obter vantagem nas diferentes situações.

Quanto ao domínio do Trabalho, os resultados sugerem que as pessoas com deficiência se sentem discriminadas (...Art.º 3 [b], CDPD) na cidade de Toronto. Difícil acesso ao mercado de trabalho, restrição nas oportunidades de emprego, falta de reconhecimento profissional,

obstáculos ao progresso, bem como a estagnação da carreira, estão entre as experiências mais relatadas entre os participantes do estudo, em meio laboral (violando o estipulado no Art.º 27 [a], CDPD).

As limitações no acesso ao mercado de trabalho implicam aceitar emprego precário, desfavorável, com salários mais baixos (contrariamente ao Art.º 27 [b], CDPD) o que se reflecte ao nível dos rendimentos, baixando o nível de vida e as oportunidades de participação plena nos diferentes contextos sociais (...Art.º 3 [c], CDPD). Economicamente limitadas, as pessoas com deficiência não podem aceder aos serviços o que por sua vez provoca o seu isolamento e a consequente diminuição da sua participação na sociedade (...Art.º 19 [b], CDPD), e em casos mais graves a sua institucionalização, pela falta de recursos financeiros necessários ao suporte básico das suas necessidades (...Art.º 28, CDPD).

Apesar das experiências negativas apresentarem um maior destaque nos resultados obtidos, verificou-se que nalguns casos os entrevistados experienciaram situações positivas de inclusão e acessibilidade em contexto laboral, experimentando sentimentos de integração, adaptação e aceitação pelos outros o que lhes conferiu um sentimento de realização profissional.

Relativamente à forma como os inquiridos responderam às situações de violação dos seus direitos e à discriminação de que foram alvo, os resultados indicam que a apresentação de queixa ou acção legal foi a resposta mais comum em quase metade dos episódios referenciados. Os entrevistados optaram por denunciar as situações de discriminação aos órgãos competentes e a pessoas responsáveis pelos contextos em que estas sucederam, chegando mesmo a intervir juridicamente na luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Acções de protesto junto das entidades e serviços em que ocorreram os episódios discriminatórios e intervenção na sociedade com o objectivo de alterar comportamentos, foram igualmente mencionados no decurso das entrevistas e são um reflexo da capacidade de resistência dos entrevistados.

Contudo, apesar do elevado número de relatos de situações em que os entrevistados apresentaram queixa, constatou-se que um dos motivos pelos quais os restantes não o fizeram esteve relacionado com a falta de confiança nas autoridades para a resolução dos seus conflitos. O descrédito nas instâncias legais, sentimentos de frustração, receio de represálias, sensação de incapacidade para lutar contra o sistema e desvalorização das experiências de negação dos seus direitos, foram igualmente mencionados entre as razões para não denunciarem os contextos de violação dos seus direitos.

Perante o cenário de negação do exercício dos direitos e baseados nas suas próprias experiências discriminatórias as pessoas com deficiência consideraram como mais urgente, a promoção da sensibilização sobre a deficiência na sociedade e a melhoria dos apoios sociais. Educar e consciencializar a sociedade acerca da deficiência, disponibilizar programas de formação, aumentar a exposição social sobre o tema, bem como melhorar os recursos sociais de apoio à deficiência, foram as recomendações mais relevantes dadas pelos participantes do estudo, a fim de eliminar comportamentos discriminatórios e consciencializar as pessoas para o tracto adequado com pessoas com deficiência.

Assim sendo e em resposta às questões inicialmente colocadas:

1. Quais os domínios de vida mais relevantes para as pessoas com deficiência tendo em conta as suas experiências quotidianas na óptica dos direitos humanos, na cidade de Toronto?
2. Como as pessoas com deficiência sentem e encaram as experiências de negação dos seus direitos?
3. Quais as respostas que desenvolveram face às situações de violação e discriminação de que são alvo?

A partir da análise dos relatos em que as pessoas com deficiência foram marginalizadas ou impedidas de participar activamente nos diferentes contextos, em razão da sua deficiência, pode-se concluir que:

1. Os domínios de vida mais relevantes para as pessoas com deficiência, tendo em conta as suas experiências quotidianas na óptica dos direitos humanos, na cidade de Toronto, são os domínios da Participação Social e do Trabalho;
2. As pessoas com deficiência sentem e encaram as experiências de negação dos seus direitos maioritariamente como experiências de Indignidade, Exclusão e Inaccessibilidade, Discriminação e Desigualdade e Desrespeito pela Diferença.
3. As respostas que desenvolveram face às situações de violação e discriminação de que são alvo baseiam-se na apresentação de queixa ou acção legal perante responsáveis ou autoridades competentes e na resistência face às situações e aos contextos discriminatórios, enfrentando-os e procurando alterá-los.

Implicações da Pesquisa para a Política Social

Com a adopção da Convenção passou a existir um instrumento legal que salvaguarda os direitos sociais, económicos, culturais, civis e políticos das pessoas com deficiência em todos os domínios da sua vida. Contudo, apesar da contínua produção de documentos internacionais para a protecção dos direitos humanos, alguns com peso de lei, o efectivo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência não tem sido salvaguardado. A falta de protecção e implementação dos instrumentos de protecção dos direitos humanos tem conduzido a violações sistemáticas desses direitos (Costa, 2002, p. 333).

As pessoas com deficiência continuam a ocupar um lugar marginal na sociedade. Para além das barreiras atitudinais, retratadas nos estereótipos e preconceitos, que as categorizam e discriminam, as pessoas com deficiência encontram ainda barreiras arquitectónicas. Estas por sua vez, condicionam o seu dia-a-dia no emprego, na participação social, nos transportes e nos vários aspectos e domínios da sua vida que perpetuam o ciclo de invisibilidade que as caracteriza, e é este *“ciclo de invisibilidade das pessoas com deficiência [...] que finalmente retira estas pessoas dos espaços económicos e sociais”* (Martins, 2007, pp. 201-202).

Embora as pessoas com deficiência sempre tenham ocupado uma categoria social e económica baixa, essa desigualdade tornou-se mais clara à medida que a conjuntura laboral se tornou mais complexa, sendo concebida em função do trabalhador *‘normal’*. Desta forma, as pessoas com deficiência, que não preenchem os requisitos de aptidão física e intelectual no mercado de trabalho são excluídas das oportunidades de emprego e das relações sociais (Oliver, 1990 & Finkelstein 1993, como citados em Pinto, 2009, pp. 17-18).

Os princípios do capitalismo e a complexidade do mercado de trabalho baseado numa ideologia de individualismo e competitividade condicionaram a entrada às pessoas com deficiência que foram sendo removidas dos espaços públicos e empresariais e circunscritas a instituições ou ao espaço familiar. A segregação e marginalização sociais foram legitimadas em razão das suas condições físicas e intelectuais opostas aos valores do capitalismo, da produção e da rentabilidade que conduzem as pessoas com deficiência à improdutividade (Martins, 2007).

Consequentemente o aumento do desemprego entre as pessoas com deficiência tornou-se uma realidade, bem como o seu ingresso em trabalhos precários e mal remunerados, daí que a tendência seja o aumento do número de subsídio-dependentes e a manutenção das

peessoas com deficiência entre os estratos mais pobres da população. Ainda que com formação e apoio, as pessoas com deficiência, possam executar uma grande variedade de tarefas, em tempos de desemprego e recessão económica, estas são as primeiras a serem dispensadas.

Ao mesmo tempo uma situação financeira precária não permite o usufruto das actividades sociais, culturais, de recreação e de lazer, pelo que a participação e o envolvimento das pessoas com deficiência na sociedade está dependente da sua inclusão no mercado de trabalho e dos recursos financeiros de que dispõem.

No domínio da participação social e da acessibilidade, e não obstante a CDPD regular o acesso aos edifícios públicos e equipamentos colectivos, o facto é que as condições de inacessibilidade do meio físico e ao nível dos transportes limitam a participação das pessoas com deficiência na vida da sociedade e contribuem para o seu isolamento.

Assim a marginalização e exclusão social das pessoas com deficiência é o resultado da falta de acesso a espaços públicos, na medida em que estes são determinados por parâmetros convencionais projectados para pessoas sem deficiência. Segundo Helena Roseta (Câmara Municipal de Lisboa [CML], 1999) *“é urgente pôr de lado a ideia de pensar a cidade para um indivíduo tipo. Uma vez que o cidadão padrão não existe, o que existe é um conjunto de indivíduos diferentes, tem que se projectar e definir a cidade para essa diversidade e nessa diversidade têm que caber todos aqueles que têm efectivamente algumas deficiências”* (p.17).

Níveis de participação social e de emprego baixos entre a população com deficiência sugerem que o direito à participação na sociedade e ao trabalho são sistematicamente violados contrariando os princípios da CDPD, o que denota que a dimensão dos direitos humanos da deficiência precisa ainda de ser continuamente reforçada. Como Fleury afirmou (2002), *“trata-se portanto de um grande desafio, o de encontrar os meios necessários para levar os Estados e as sociedades a respeitarem os direitos fundamentais de todo o ser humano”* (p. 43).

Assim sendo, considera-se relevante a adopção de medidas de incentivo que contribuam para:

- Permitir uma compreensão crítica das situações, questionando as barreiras e estruturas que impedem a vivência plena dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência;

- Melhorar as acessibilidades em áreas públicas edificadas, promovendo as infra-estruturas culturais e de lazer;
- Definir novas estratégias de empregabilidade para pessoas com deficiência;
- Assumir uma atitude pró-activa no desenvolvimento de serviços e sistemas que contemplam as diferenças de diversos grupos de cidadão com características específicas;
- Consciencializar a sociedade para as questões da deficiência e dos direitos humanos através do exercício de uma cidadania responsável que promova a igualdade e combata a discriminação.

Apesar do presente estudo ser referente à cidade de Toronto no Canadá, os resultados obtidos bem poderiam reflectir a realidade de qualquer sociedade ao redor do mundo, em que a aplicação efectiva dos princípios enunciados em tratados e convenções de direitos humanos ficam aquém do desejado.

Da nossa parte, o desejo é que este trabalho possa ter contribuído de alguma forma para a reflexão em torno das questões dos direitos humanos e o repensar das medidas de protecção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, através da adopção de novas práticas e estratégias de actuação.

Bibliografia e Sitografia

- African Union of the Blind [A.F.U.B.] (2007). *State of disabled people's rights in Kenya* (Report/2007), Nairobi, Kenya, Disability Rights Promotion International.
- American Psychological Association [APA] (2011). *Normas APA*. Recuperado em 18 Março, 2011, de http://www.anpad.org.br/rac/rac_guia_apa.pdf.
- Amnistia Internacional (2000). *Primeiros passos. Um manual de iniciação à educação para os direitos humanos* (C. S. Almeida & M. H. Cabral, Trad.). Lisboa: Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. (Obra original publicada em 1997).
- Arajärvi, P. (n. d.). UN CRPD and the human rights of persons with disabilities. In J. Kumpulainen, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 2, pp. 34-52). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
- Castro, Z. O. (1992). A Declaração de independência dos Estados Unidos da América. Enquadramento histórico-político. Em Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação (Ed.). *Marcos históricos dos direitos do homem* (Vol. 1, pp. 19-22). Lisboa: Direcção Regional de Educação de Lisboa [DREL].
- Claude, R. P. (2002). A educação popular para os direitos humanos. Em G. Amaro (Coord.). *Educação para os direitos humanos. Actas do Encontro Internacional* (pp. 55-62). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Cluny, I. (1992). A Declaração dos direitos do homem e do cidadão. Enquadramento histórico-político. Em Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação (Ed.). *Marcos históricos dos direitos do homem* (Vol. 1, pp. 27-30). Lisboa: Direcção Regional de Educação de Lisboa [DREL].
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (1999). Resumo e conclusões do seminário europeu. *A cidade e as pessoas com deficiência*. Lisboa: Autor, Departamento de Acção Social.
- Combesque, M. A. (Coord.) (1998). *Introdução aos direitos do homem* (M. F. Duarte, Trad.). Lisboa: Terramar (Obra original publicada no mesmo ano).
- Confederación Boliviana de La Persona con Discapacidad [C.O.B.O.P.D.I.] (2009). *Monitoring the human rights of people with disabilities* (Country Report/2009), Santa Cruz, Bolivia, Disability Rights Promotion International [D.R.P.I.].

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Opcional [CDPD] (2008). Publicação Oficial do Instituto Nacional para a Reabilitação [INR]. Recuperado em 7 Junho, 2011, de <http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Cardoso, C. (2007). *Resumo das normas da APA para citações e referências*. Lisboa: Escola Superior de Educação.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem* (2a ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Costa, E. (2002). A educação para os direitos humanos. Da declaração universal dos direitos humanos à década das Nações Unidas para a educação em matéria de direitos humanos. Em G. Amaro (Coord.). *Educação para os direitos humanos. Actas do Encontro Internacional* (pp. 333-338). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Dias, B. (1998). *Direitos humanos e deficiência*. Economia e sociologia. No cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, 66, 237-260.
- Disability Rights Promotion International [DRPI] (S/d). *O que é o projecto DRPI. Monitorização holística dos direitos das pessoas com deficiência. História do DRPI. Abordagem holística* [Folheto]. Toronto: York University.
- Disability Rights Promotion International [DRPI] (2007, November). *Demographic and socio-economic profile of Toronto* (Relatório de Pesquisa/2007), Toronto, Canada, DRPI, SSHRC Funded Project.
- Disability Rights Promotion International [DRPI] (2010). *Guia para a monitorização dos direitos das pessoas com deficiência. Manual do participante*. [Manual]. Toronto: York University.
- Disability Rights Promotion International [DRPI] (2011, April). *Attribute summary report* (3), (Relatório de Pesquisa/2011), Toronto, Canada, DRPI.
- Doise, W. (2002). *Direitos do homem e força das ideias* (M. F. Rosado, Trad.). Lisboa: Livros Horizonte. (Obra original publicada em 2001).
- Fabela, S. (2007). Da incapacidade à gestão da diversidade – o desafio das novas configurações sociais. Em J. Costa (Coord.). *Integração das pessoas com deficiência*. Cadernos Sociedade e Trabalho (Vol. 8, pp. 23-38). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social [MTSS], Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento [DGEEP].
- Fazenda, A. A. (Trad.) (1975). *Direitos do Homem* (Colecção Documentos Promoção, 4). Porto: Editorial Promoção.

- Fleury, A. (2002). Os direitos do homem na europa. Abordagem histórica. Em G. Amaro (Coord.). *Educação para os direitos humanos. Actas do Encontro Internacional* (pp. 37-43). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Haarscher, G. (1997). *Filosofia dos direitos do homem* (A. P. Silva, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 1993).
- Instituto Nacional para a Reabilitação [INR] (2010). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Publicação oficial*. Recuperado em 25 Novembro, 2010, de <http://www.inr.pt/content/1/830/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-publicacaooficial>
- Katsui, H. (n. d.). Towards participation of persons with disabilities from the south: Implications of article 32 of the convention. In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 7, pp. 138-158). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
- Kivirauma, J., & Laitinen, M. (n. d.) The changing relationship between disability and education. In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 4, pp. 67-98). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
- Kumpuvuori, J., & Katsui, H. (n. d.). Achieving human security through political advocacy: Linking Ugandan and finish DPO advocacy work to article 14 of the UN CRPD. In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 10, pp. 208-225). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
- Kumpuvuori, J., & Scheinin, M. (n. d.). Treating the different ones differently – a vehicle for equality for persons with disabilities? Implications of article 5 of the convention on the rights of persons with disabilities. In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 3, pp. 54-66). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
- Lang, Raymond (2009). The United Nations convention on the right and dignities for persons with disability: A panacea for ending disability discrimination? *European Journal of Disability*, 3, 266-285.
- Lúcio, À. L., Leandro, A. G., Silva, F., & Lucas, A. P. L. Z. (2002). *Direitos humanos e cidadania*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.
- Martins, B. S. (2007). Trilhos que tardam: as agendas perdidas na deficiência? Em J. Costa (Coord.). *Integração das pessoas com deficiência*. Cadernos Sociedade e

- Trabalho (Vol. 8, pp. 197-211). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social [MTSS], Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento [DGEEP].
- Martins, G. O. (2002). Toda a educação é educação cívica. Em G. Amaro (Coord.). *Educação para os direitos humanos. Actas do Encontro Internacional* (pp. 21-24). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
 - Ministry of Social Development (2010). *Disability Rights in Aotearoa New Zealand. A report on the human rights of disabled people in Aotearoa New Zealand* (Report/2010), Aotearoa, New Zealand, Disability Rights Promotion International [D.R.P.I.].
 - Moscow Conference (1943). *Moscow Conference, October, 1943*. Recuperado em 30 Março, 2011, de <http://www.ibiblio.org/pha/policy/1943/431000a.html>
 - Núncio, M. J. S. (2010). *Mestrado em Política Social. A Pesquisa Documental*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
 - Perlin, M., & Szeli, É. (n. d.). Mental health law and human rights: Evolution, challenges and the promise of the new convention. In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 12, pp. 241-255). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
 - Petman, J. (n. d.) The special reaching for the universal: Why a special convention for persons with disabilities? In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 1, pp. 20-33). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.
 - Pinto, P. C. (2009). *The diversity-equality riddle: Interrogating disability, motherhood, citizenship and rights*. Doctoral dissertation. York University, Toronto, Ontario, Canada.
 - QSR International (2007). NVIVO (Version 9.0) [Programa de computador]. Recuperado em 15 Novembro, 2010, de http://www.qsrinternational.com/products_nvivo_free-trial-software.aspx.
 - Ribeiro, A. V. A. (1992). A Declaração universal dos direitos do homem. Enquadramento histórico-político. Em Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação (Ed.). *Marcos históricos dos direitos do homem* (Vol. 1, pp. 35-36). Lisboa: Direcção Regional de Educação de Lisboa [DREL].
 - S/a (S/d). *Redigir uma dissertação de mestrado. Estrutura, conteúdo e estilo de uma dissertação realizada para a obtenção do grau académico de mestrado em Política Social* (Apontamentos). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- S/a (2005). *Convenção sobre os direitos humanos das pessoas com Deficiência. Necessidades e benefícios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Recuperado em 16 Fevereiro, 2012, de <http://www.lerparaver.com/lpv/convencao-internacional-sobre-direitos-humanos-pessoas>
- Salvado, A. (2007). Direitos sociais e grupos vulneráveis: O caso das pessoas com deficiência. Em J. Costa (Coord.). *Integração das pessoas com deficiência*. Cadernos Sociedade e Trabalho (Vol. 8, pp. 69-82). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social [MTSS], Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento [DGEEP].
- Savolainen, K., Best, F., Meyer-Bisch, P., & Reardon, B. (1998). *Todos os seres humanos... Manual da educação para os direitos do homem*. (A. P. Ormeche, Trad.). Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO, Ministério da Educação (Obra original publicada no mesmo ano).
- Sousa, J. (2007). Deficiência, cidadania e qualidade social. Por uma política de inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades. Em J. Costa (Coord.). *Integração das pessoas com deficiência*. Cadernos Sociedade e Trabalho (Vol. 8, pp. 39-56). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social [MTSS], Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento [DGEEP].
- Swadhikaar Center for Disabilities Information, Research and Resource Development (2009). *Monitoring the human rights of people with disabilities* (Country Report/2009). Andhra Pradesh, India, Disability Rights Promotion International [D.R.P.I.].
- United Nations, (n. d.) (a). Enable: Development and human rights for all. *Ad hoc committee on a comprehensive and integral international convention on the protection and promotion of the rights and dignity of persons with disabilities*. Recuperado em 13 Junho, 2011, de <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=1423>
- United Nations (n. d.) (b). Enable: Development and human rights for all. *Convention on the rights of persons with disabilities*. Recuperado em 13 Junho, 2011, de <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>
- United Nations (n. d.) (c). Enable: Development and human rights for all. *Standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities*. Recuperado em 2 Maio, 2011, de <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=26>
- United Nations (n. d.) (d). Enable: Development and human rights for all. *World programme of action concerning disabled persons*. Recuperado em 2 Maio, 2011, de <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=23>

- United Nations (2005). San Francisco Conference em *History of the United Nations*. Recuperado em 1 Abril, 2011, de <http://www.un.org/aboutun/unhistory>
- United Nations (2005a). Dumbarton oaks and Yalta em *History of the charter of the United Nations*. Recuperado em 9 Março, 2011, de <http://www.un.org/aboutun/charter/history/dumbarton.shtml>
- United Nations (2005b). History of the United Nations em *UN at a glance*. Recuperado em 30 Março, 2011, de <http://www.un.org/aboutun/unhistory/>
- United Nations (2005c). The Atlantic charter em *History of the charter of the United Nations*. Recuperado em 30 Março, 2011, de <http://www.un.org/aboutun/charter/history/atlantic.shtml>
- United Nations (2005d). The declaration of St. James's Palace em *History of the United Nations*. Recuperado em 30 Março, 2011, de <http://www.un.org/aboutun/charter/history>
- United Nations (2008). Enable: Development and human rights for all. *History of United Nations and persons with disabilities. The first millennium decade*. Recuperado em 16 Fevereiro, 2012, de <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=134>
- Urhonen, A. (n. d.). From devil's seed to disabled god – Disability and the human rights approach on the bible studies and practices of Christian communities. In J. Kumpuvuori, & M. Scheinin (Eds.). *United Nations convention on the rights of persons with disabilities – Multidisciplinary perspectives* (Chap. 14, pp. 267 - 276). The center for human rights of persons with disabilities in Finland.

ANEXOS

Apêndice A

GUIÃO DE ENTREVISTA

Para a Monitorização de Experiências Individuais de Pessoas com Deficiência

A. Iniciar a Entrevista

Apresentações:

- [Apresente todas as pessoas (monitores, assistentes de campo, e qualquer outro participante na entrevista)]
- [Explique o equipamento que traz consigo]

Solicitar Consentimento Escrito, Livre e Esclarecido:

- [Reveja a *Folha de Informação* com a/o entrevistada/o.]
- [Obtenha da/o entrevistada/o consentimento em participar e a sua assinatura no *Formulário de Consentimento Livre e Informado*.]
- [Se a/o entrevistada/o se recusar a assinar o *Formulário de Consentimento Livre e Informado*, agradeça-lhe pelo tempo despendido e TERMINE a entrevista. Não avance mais.]
- [Se a/o entrevistada/o assinar o *Formulário de Consentimento Livre e Informado*, continue com a entrevista.]

Solicitar Autorização para Gravar a Entrevista:

- [Pergunte à/ao entrevistada/o se consente em gravar a sua entrevista.]
- [Se *não for dado* o consentimento para gravar a entrevista, a entrevista não pode prosseguir. Agradeça ao entrevistado/a pelo tempo despendido e TERMINE a entrevista. Não avance mais.]
- [Se for *dado* o consentimento para a gravação da entrevista, a/o entrevistada/o tem que assinar na respectiva linha o *Formulário de Consentimento Livre e Informado*.]

Preencha a Folha de Identificação:

- [Escreva o nome do entrevistado na *Folha de Identificação*.]

[INICIAR GRAVAÇÃO AGORA]

[MONITOR: Diga para o gravador, “Este é o início da entrevista (inserir o código da entrevista aqui)”]

B. Situações enfrentadas pela/o Entrevistada/o:

- (a) Por favor, fale-me um pouco sobre a sua vida durante os últimos cinco anos. Que coisas faz? Onde é que vai? Que pessoas encontra?
- (b) Quais são as coisas na sua vida que lhe trazem mais satisfação?
- (c) Quais são as barreiras ou desafios mais difíceis que enfrenta na sua vida?

[1ª SITUAÇÃO]

- 1.1 Recorda-se de alguma ocasião ou momento particular nos últimos cinco anos em que tenha sido posta/o de parte ou maltratada/o ou impedida/o de participar por causa da sua deficiência?
- 1.2 O QUE aconteceu? ONDE e COMO isso aconteceu?
- 1.3 Situações semelhantes ainda ocorrem ou foi algo que só aconteceu uma vez?
- 1.4 Relativamente a esta situação, há mais pormenores que queira partilhar connosco acerca do que aconteceu, quando e como?

[Dignidade]

- 1.5 COMO é que esta situação a/o fez sentir e PORQUÊ? (Por exemplo, sentiu-se respeitada/o/desrespeitada/o, ignorada/o/considerada/o, valorizada/o/desvalorizada/o?)
- 1.6 O QUE a/o fez sentir dessa forma?
- 1.7 O que acha que levou as pessoas a tratá-la/o dessa maneira?

[Autonomia]

- 1.8 Sobre o que lhe aconteceu, sentiu que tinha escolha?
PORQUÊ? ou PORQUE NÃO?

1.9 Se tivesse tido escolha, teria isso feito alguma diferença sobre o que aconteceu? De que maneira?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTAM QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM ESCOLHA E TOMADA DE DECISÃO POR SI MESMO (AUTO-DETERMINAÇÃO), PERGUNTAR:

- (a) Gostava de ter tomado uma decisão diferente daquela que tomou ou queria ter feito outra coisa? QUE decisão diferente gostaria de ter tomado ou o que é que desejava ter feito?**
- (b) Tinha informação suficiente para ter tomado a decisão que tomou?**
Se não, o que é que a/o impediu de ter informação suficiente?
- (c) Sentiu-se pressionada/o para agir do modo como agiu? QUEM/O QUÊ é que estava a pressioná-la/o? COMO é que isso a/o fez sentir?**

[Inclusão]

1.10 As pessoas na sua comunidade que viram ou souberam o que lhe aconteceu fizeram alguma coisa sobre isso?

Se sim, QUEM?

[MONITOR: o entrevistado não precisa de fornecer o nome de alguém aqui – pode dar uma descrição geral da pessoa, por exemplo, “vizinho”, “irmã”, etc.]

O QUE fizeram?

EM SITUAÇÕES ONDE HÁ QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM INCLUSÃO, PERGUNTAR:

- (a) Foi afastada/o ou posta/o de lado nesta situação?**
- (b) Teria necessitado de algum serviço ou apoio de modo a poder participar?**

Se SIM, de que serviço(s) ou apoio(s) teria necessitado?

Recebeu o serviço ou o apoio de que necessitava?

Se não recebeu, COMO é que isso a/o afectou?

[Não-Discriminação e Igualdade]

1.11 Pensa que a sua deficiência interferiu no que lhe aconteceu? Se sim, de que modo?

1.12 Considera que pessoas sem deficiência teriam sido tratadas da mesma maneira que foi tratada/o?

PORQUÊ ou PORQUE NÃO?

COMO é que elas teriam sido tratadas?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTEM QUESTÕES CLARAS DE DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE, PERGUNTAR:

(a) Conhece mais alguém que tenha sido tratada/o da maneira como foi tratada/o?

[Respeito pela Diferença]

1.13 Foi tratada/o dessa maneira porque as pessoas a/o consideram uma pessoa diferente?

De que modo é que as pessoas a/o vêem como pessoa diferente?

1.14 Acha que uma pessoa sem deficiência teria sido tratada de forma semelhante?

Se acha que não, como é que acha que ela seria tratada?

1.15 Sente que as pessoas a/o rotulam e depois a/o tratam de uma maneira diferente por causa desse rótulo?

Se SIM, que rótulo é que usam?

COMO é que este rótulo a/o afecta?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTEM QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM RESPEITO PELA DIFERENÇA, PERGUNTAR:

(a) Uma pessoa de etnia diferente seria tratada dessa maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que são tratadas as pessoas de outras etnias na sua comunidade?

(b) Uma mulher seria tratada dessa maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que as mulheres na sua comunidade são habitualmente tratadas?

(c) Uma pessoa pobre seria tratada dessa maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que as pessoas pobres são tratadas na sua comunidade?

1.16 Denunciou esta situação a alguém?

☐ sim ☐ não

- Se DENUNCIOU a situação, fê-lo a que tipo de pessoa/organização?

- ☐ funcionário público

- ☐ agente da polícia

- ☐ oficial do exército

- ☐ técnico de ONG

- ☐ líder religioso

- ☐ líder cultural

- ☐ provedor

- ☐ outro: _____
(especificar)

- como reagiu essa pessoa?

- que medida foi tomada?

- Se NÃO DENUNCIOU a situação a ninguém:

- PORQUE não a denunciou?

1.17 Na sua opinião, que medida[s] deveria[m] ser tomada[s] para melhorar [ou prevenir] a situação no futuro?

1.18 Há mais alguma coisa que nos queira dizer sobre a situação que relatou?

[MONITOR: AVANÇAR PARA A 2ª SITUAÇÃO ...]

2.1 Recorda-se de *outra* ocasião ou momento particular nos últimos cinco anos em que foi posta/o de parte ou maltratada/o ou impedida/o de participar por causa da sua deficiência?

2.2 O QUE aconteceu? ONDE e COMO isso aconteceu?

2.3 Situações semelhantes ainda ocorrem ou foi algo que só aconteceu uma vez?

2.4 Relativamente a esta situação, há mais pormenores que queira partilhar connosco acerca do que aconteceu, quando e como?

[Dignidade]

2.5 COMO é que esta situação a/o fez sentir e PORQUÊ? (Por exemplo, sentiu-se respeitada/o/desrespeitada/o, ignorada/o/considerada/o, valorizada/o/desvalorizada/o?)

2.6 O QUE a/o fez sentir dessa maneira?

2.7 O QUE acha que levou as pessoas a tratá-la/o dessa maneira?

[Autonomia]

2.8 Sobre o que lhe aconteceu, sentiu que tinha escolha?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO?

2.9 Se tivesse tido escolha, teria isso feito alguma diferença sobre o que aconteceu? De que maneira?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTAM QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM ESCOLHA E TOMADA DE DECISÃO POR SI MESMO (AUTO-DETERMINAÇÃO), PERGUNTAR:

(a) Gostaria de ter tomado uma decisão diferente da que tomou ou desejava ter feito outra coisa? QUE decisão diferente gostaria de ter tomado ou o que é que desejava ter feito?

(b) Tinha informação suficiente para ter tomado aquela decisão?

Se não, o que é que a/o impediu de ter informação suficiente?

(c) Sentiu-se pressionada/o para agir do modo como agiu? QUEM/O QUE é que estava a pressioná-la/o? COMO é que isso a/o fez sentir?

[Participação, Inclusão e Acessibilidade]

2.10 As pessoas na sua comunidade, que viram ou souberam o que lhe aconteceu, fizeram alguma coisa sobre disso?

Se sim, QUEM?

[MONITOR: o entrevistado não precisa de fornecer o nome de alguém aqui – pode dar uma descrição geral da pessoa, por exemplo, “vizinho”, “irmã”, etc.]

O QUE fizeram?

EM SITUAÇÕES ONDE HÁ QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM INCLUSÃO, PERGUNTAR:

(a) Foi afastada/o ou posta/o de lado nesta situação?

(b) Necessitou de algum serviço ou apoio de modo a poder participar?

Se SIM, de que serviço(s) ou apoio(s) necessitou?

Recebeu esse serviço ou apoio?

Se não recebeu, como é que isso a/o afectou?

[Não-Discriminação e Igualdade]

2.11 Pensa que a sua deficiência interferiu no que lhe aconteceu? Se sim, de que modo?

2.12 Considera que pessoas sem deficiência seriam tratadas da mesma maneira que foi tratada/o?

PORQUÊ ou PORQUE NÃO?

COMO é que elas teriam sido tratadas?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTEM QUESTÕES CLARAS DE DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE, PERGUNTAR:

(a) Conhece mais alguém que tenha sido tratada/o da maneira como foi tratada/o?

[Respeito pela Diferença]

2.13 Foi tratada/o dessa maneira porque as pessoas a/o consideram uma pessoa diferente?

De que modo é que as pessoas a/o vêem como pessoa diferente?

2.14 Acha que uma pessoa sem deficiência teria sido tratada de forma semelhante?

Se acha que não, como é que acha que ela teria sido tratada?

2.15 Sente que as pessoas a/o rotulam e depois a/o tratam de uma maneira diferente por causa desse rótulo?

Se SIM, que rótulo é que usam?

COMO é que este rótulo a/o afecta?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTEM QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM RESPEITO PELA DIFERENÇA, PERGUNTAR:

(a) Uma pessoa de etnia diferente seria tratada da mesma maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que são tratadas as pessoas de outras etnias na sua comunidade?

(b) Uma mulher seria tratada da mesma maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que as mulheres na sua comunidade são habitualmente tratadas?

(c) Uma pessoa pobre seria tratada da mesma maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que as pessoas pobres são tratadas na sua comunidade?

2.16 Denunciou esta situação a alguém?

☐ sim ☐ não

• Se DENUNCIOU a situação, fê-lo a que tipo de pessoa/organização?

☐ funcionário público

☐ agente da polícia

☐ oficial do exército

☐ técnico de ONG

☐ líder religioso

☐ líder cultural

☐ provedor

☐ outro: _____
(especificar)

• como reagiu essa pessoa?

• que medida foi tomada?

• Se NÃO DENUNCIOU a situação a ninguém:

- PORQUE não a denunciou?

2.17 Na sua opinião, que medida[s] deveria[m] ser tomada[s] para melhorar [ou prevenir] a situação no futuro?

2.18 Há mais alguma coisa que nos queira dizer sobre a situação que relatou?

[MONITOR: AVANÇAR PARA A 3ª SITUAÇÃO ...]

3.1 Recorda-se de *outra* ocasião ou momento particular nos últimos cinco anos em que foi posta/o de parte ou maltratada/o ou impedida/o de participar por causa da sua deficiência?

3.2 O QUE aconteceu? ONDE e COMO isso aconteceu?

3.3 Situações semelhantes ainda ocorrem ou foi algo que só aconteceu uma vez?

3.4 Nesta situação, há mais pormenores que queira partilhar connosco acerca do que aconteceu, quando e como?

[Dignidade]

3.5 COMO é que esta situação a/o fez sentir e PORQUÊ? (Por exemplo, sentiu-se respeitada/o/desrespeitada/o, ignorada/o/considerada/o, valorizada/o/desvalorizada/o?)

3.6 O QUE a/o fez sentir dessa maneira?

3.7 O QUE acha que levou as pessoas a tratá-la/o dessa maneira?

[Autonomia]

**3.8 Sobre o que lhe aconteceu, sentiu que tinha escolha?
PORQUÊ? ou PORQUE NÃO?**

3.9 Se tivesse tido escolha, teria isso feito alguma diferença sobre o que aconteceu? De que maneira?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTAM QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM ESCOLHA E TOMADA DE DECISÃO POR SI MESMO (AUTO-DETERMINAÇÃO), PERGUNTAR:

(a) Gostaria ter tomado uma decisão diferente daquela que tomou ou desejaria ter feito outra coisa? QUE decisão diferente gostaria de ter tomado ou o que é que desejava ter feito?

(b) Tinha informação suficiente para ter tomado aquela decisão?

Se não, o que é que a/o impediu de ter informação suficiente?

(c) Sentiu-se pressionada/o para agir do modo como agiu? QUEM/O QUÊ é que estava a pressioná-la/o? COMO é que isso a/o fez sentir?

[Participação, Inclusão e Acessibilidade]

3.10 As pessoas na sua comunidade que viram ou sabiam o que lhe aconteceu fizeram alguma coisa acerca disso?

Se sim, QUEM?

[MONITOR: o entrevistado não precisa de fornecer o nome de alguém aqui – pode dar uma descrição geral da pessoa e.g. “vizinho”, “irmã”, etc.]

O QUE fizeram?

EM SITUAÇÕES ONDE HÁ QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM INCLUSÃO, PERGUNTAR:

- (a) Foi afastada/o ou posta/o de lado nesta situação?
- (b) Necessitou de algum serviço ou apoio de modo a poder participar?
Se SIM, de que serviço(s) ou apoio necessitou?
Recebeu esse serviço ou apoio?
Se não recebeu, como é que isso a/o afectou?

[Não-Discriminação e Igualdade]

3.11 Considera que a sua deficiência interferiu no que lhe aconteceu? Se sim, de que modo?

3.12 Considera que pessoas sem deficiência seriam tratadas da mesma maneira que foi tratada/o?

PORQUÊ ou PORQUE NÃO?

COMO é que elas teriam sido tratadas?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTEM QUESTÕES CLARAS DE DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE, PERGUNTAR:

- (a) Conhece mais alguém que tenha sido tratada/o da maneira que foi tratado?

[Respeito pela Diferença]

3.13 Foi tratada/o dessa maneira porque as pessoas a/o consideram uma pessoa diferente?

De que modo é que as pessoas a/o vêem como pessoa diferente?

3.14 Acha que uma pessoa sem deficiência seria tratada da mesma maneira nesta situação?

Se acha que não, como é que acha que ela seria tratada?

3.15 Sente que as pessoas a/o rotulam e depois a/o tratam de uma maneira diferente por causa desse rótulo?

Se SIM, que rótulo é que usam?

COMO é que este rótulo a/o afecta?

EM SITUAÇÕES ONDE EXISTEM QUESTÕES CLARAS RELACIONADAS COM RESPEITO PELA DIFERENÇA, PERGUNTAR:

- (a) Uma pessoa de etnia diferente seria tratada da mesma maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que são tratadas as pessoas de outras etnias na sua comunidade?

(b) Uma mulher seria tratada dessa maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que as mulheres na sua comunidade são habitualmente tratadas?

(c) Uma pessoa pobre seria tratada dessa maneira?

PORQUÊ? ou PORQUE NÃO? Como é que as pessoas pobres são tratadas na sua comunidade?

3.16 Denunciou esta situação a alguém?

☐ sim ☐ não

• **Se DENUNCIOU a situação, fê-lo a que tipo de pessoa/organização?**

☐ funcionário público

☐ agente da polícia

☐ oficial do exército

☐ empregado de ONG

☐ líder religioso

☐ líder cultural

☐ provedor

☐ outro: _____

(especificar)

• **como reagiu essa pessoa?**

• **que medida foi tomada?**

• **Se NÃO DENUNCIOU a situação a ninguém:**

- **PORQUE não a denunciou?**

3.17 Na sua opinião, que medida[s] deveria ser tomada para melhorar [ou prevenir] a situação no futuro?

3.18 Há mais alguma coisa que nos queira dizer sobre a situação que relatou?

[DESLIGAR O GRAVADOR AGORA]

C. Informação de Follow-up e Verificação:

Há alguém que possamos contactar que tenha visto o que lhe aconteceu ou que nos possa fornecer mais informação sobre as situações que nomeou?

PARA A 1ª SITUAÇÃO:

- Qual é o nome da pessoa? [registar o nome na *Folha de Código*]
- Podemos contactar esta pessoa? ☐ SIM ☐ NÃO
- Se sim, qual é a melhor maneira de entrarmos em contacto?
[registar contactos na *Folha de Identificação*]

PARA A 2ª SITUAÇÃO:

- Qual é o nome da pessoa? [registar o nome na *Folha de Código*]
- Podemos contactar esta pessoa? ☐ SIM ☐ NÃO
- Se sim, qual é a melhor maneira de entrarmos em contacto?
[registar contactos na *Folha de Identificação*]

PARA A 3ª SITUAÇÃO:

- Qual é o nome da pessoa? [registar o nome na *Folha de Código*]
- Podemos contactar esta pessoa? ☐ SIM ☐ NÃO
- Se sim, qual é a melhor maneira de entrarmos em contacto?
[registar contactos na *Folha de Identificação*]

[LIGAR NOVAMENTE O GRAVADOR AGORA]

D. Informação Pessoal:

Agora, se não se importa, gostaríamos de fazer algumas perguntas sobre si.

- 4.1 Qual é o seu sexo?
- 4.2 Em que ano nasceu?
- 4.3 Como descreveria a sua deficiência? [escolher todas as que se adequam]
 - ☐ mobilidade
 - ☐ sensorial – se sim, ☐ cego ☐ baixa visão ☐ surdo ☐ baixa audição
 - ☐ intelectual
 - ☐ psiquiátrica
 - ☐ outra _____
(pedir ao entrevistado para especificar)
- 4.4 Há quanto tempo é portador da sua deficiência?
 - ☐ desde nascença
 - ☐ desde _____ (pedir ao entrevistado para especificar)

4.5 Foi à escola?

- ☐ sim ☐ não

- Se SIM, que tipo de escola? [escolher todas as que se adequam]

- ☐ primária ☐ secundária ☐ técnica
☐ superior ou universitária

4.6 Mora numa habitação?

- ☐ sim ☐ não

- Se SIM,** ☐ é proprietário desse habitação?
☐ aluga essa habitação?

☐ aluga-a a curto prazo?

Esta habitação está num edifício/casa permanente?

- ☐ sim ☐ não _____
(explicar por favor)

4.7 A que distância vive do centro da cidade? (em tempo)

4.8 Quem mora consigo?

[MONITOR: o entrevistado deverá indicar todos os que se adequam à resposta]

- ☐ ninguém
☐ esposa/o
☐ filhos [se sim, quantas crianças ?]
☐ pai(s) [se sim, quantos pais ?]
☐ outro(s) membro(s) da família [se sim, quantos membros ?]
☐ amigo(s) [se sim, quantos amigos ?]
☐ outro _____ (especificar) [se sim, quantos ?]

4.9 A que distância fica o posto de polícia mais perto do sítio onde vive?(em tempo)

4.10 A que distância fica o centro de saúde mais próximo da sua casa? (em tempo)

4.11 Tem um emprego?

- ☐ sim

☐ não

Se sim, qual é o seu emprego? _____ (especificar)

- É remunerado?** ☐ sim

☐ não

4.12 Diria que a área onde vive é acessível a pessoas com deficiência?

☐ sim

☐ não

4.13 O que é que torna acessível ou não acessível a área onde vive?

E. Terminar a Entrevista e Identificar Outras Pessoas para Entrevistar

- Tem mais alguma coisa que queira acrescentar?
- Tem questões finais para nós?

[MONITOR: Se houver questões por parte do entrevistado responda a essas perguntas]

[MONITOR: Relembre brevemente o que irá acontecer com a informação dada pelo entrevistado, qual o objectivo do projecto e os prazos temporais relevantes.]

[MONITOR: Diga para o gravador: “Este é o final da entrevista (inserir código da entrevista aqui)”]

[PARAR DE GRAVAR A ENTREVISTA AGORA]

Identificar Outra Pessoa para Entrevistar

- Conhece alguém com deficiência que viva na sua comunidade que nós possamos entrevistar para este estudo?
- Qual é o nome dela/e?
 - Que tipo de deficiência ela/e tem?
 - Como é que podemos contactá-la/o?

[Registar esta informação na *Folha de Identificação*]

[MONITOR: Agradeça vivamente ao entrevistado pelo tempo dispendido. Lembre-se de deixar a *Folha de Informação* com o entrevistado para seu esclarecimento]

F. Completar Notas e Transferir Dados

Lista de tarefas a realizar:

- ☐ **Cassetes Audio** - Remova a cassete USADA do gravador e escreva o Código de Entrevista adequado (da *Folha de Código*) na cassete.

Gravação Digital: Desligue o gravador imediatamente após terminar a entrevista e faça o download do document para um computador seguro logo que possível. Identifique o documento com o código apropriado (da *Folha de Código*).

- ***Assim que possível após a entrevista***, os pares de monitores deverão escutar a gravação. Se parte da gravação não estiver clara, os monitores deverão clarificar estas áreas nas *Notas de Entrevista*.]
- ***As Notas de Entrevista*** deverão também conter as seguintes observações:
 - As suas impressões gerais sobre a entrevista (por exemplo, se o entrevistado parecia nervoso ou ansioso em relação a algumas questões, se a atmosfera estava confortável, etc);
 - Pormenores sobre o local da entrevista (i.e., dentro/no exterior, tipo de edifício, tipo de quarto, quem é que estava por perto, etc.);
 - Pormenores sobre quaisquer desafios encontrados ou interrupções que tenham ocorrido durante a entrevista (i.e. avião a sobrevoar e a dificultar a audição das respostas, falha eléctrica a impedir de ver, etc.), em que fase da entrevista surgiram e que medidas foram tomadas para os resolver;
 - Quaisquer preocupações com a veracidade das declarações proferidas na entrevista – delinear os motivos destas preocupações (i.e. respostas eram muito inconsistentes, respostas pareciam ensaiadas, etc.)
 - Informação sobre o número de pessoas presentes durante a entrevista e os seus papéis (monitores, assistentes de campo, assistentes,...)
- **Assegure-se de que pelo menos um dos Monitores assinou o *Formulário de Consentimento Livre e Informado*.**
- **Entregue ao Coordenador de Projecto os seguintes documentos:**
 - cassette com a gravação da entrevista com a etiqueta e o respectivo Código de Entrevista
 - *Notas de Entrevista* preenchidas
 - *Folha de Código* preenchida
 - *Formulário de Consentimento Livre e Informado* assinado.

[FIM]

